

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relatório de Gestão 2023
Demonstrações Financeiras
Demonstrações Orçamentais
Inventários
Outros Documentos



**MONTEMOR
O/NOVO**
Câmara Municipal

**20
23**

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relatório de Gestão

NOTA DE ABERTURA DO EXECUTIVO

No ano 2023 o Município de Montemor-o-Novo deu continuidade aos projetos anteriormente iniciados e prosseguiu com a concretização de outras grandes opções globais do mandato, o que demonstra reflexão e uma estratégia ponderada por parte do Executivo.

O ano transato marcou a consolidação da transferência de competências da Administração Central para as autarquias locais. Montemor-o-Novo recebeu transferência de competências nas áreas da saúde, educação e ação social. Acreditamos que este processo trará benefícios para a população, pois promove uma política de proximidade e de diálogo.

Em 2023 houve investimento na área do ambiente, com a elaboração do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, com o desenvolvimento da Estratégia Municipal Ambiental e com a execução de trabalhos no “River” - Plano de Restauro e Valorização da Rede Hidrográfica de Montemor-o-Novo. Concretizaram-se também objetivos fundamentais na reabilitação urbana e habitação, com a aprovação da Estratégia Local de Habitação e também na mobilidade sustentável, com o início da estratégia de Mobilidade Urbana Sustentável de Montemor-o-Novo.

Nos serviços urbanos, a higiene urbana e a recolha de resíduos continuaram a ter uma relevante importância por parte do executivo.

Manteve-se o reforço nos meios de proteção civil, a continuidade no apoio às associações montemorenses e o trabalho conjunto com as freguesias, promovendo a coesão territorial do concelho de Montemor-o-Novo.

No contexto económico o Município de Montemor-o-Novo continua empenhado em aliviar de forma gradual a carga fiscal dos seus munícipes, suportando níveis reduzidos dos vários impostos de receita municipal. Promoveu-se novamente o desagravamento fiscal, fruto da redução da participação do Município no IRS de 2023, que baixou 1,5%, ficando nos 3,5%. Esta redução irá beneficiar, sobretudo, quem vive dos rendimentos de trabalho. Relativamente ao IRC de 2023, manteve-se uma derrama com taxa de 1%, assim como a taxa reduzida de 0,5%, que se traduz num benefício para as micro e pequenas empresas sediadas no concelho, desagravando assim a sua carga fiscal.

Salienta-se que o desempenho orçamental de 2023 teve como base a avaliação da nossa realidade económico-social, a análise demográfica e também a subida dos preços de bens e serviços, refletida neste período de inflação generalizada.

Por força da aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNCAP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades autárquicas passaram a adotar obrigatoriamente um novo enquadramento de contabilidade pública, o qual se materializou numa alteração das regras e normas de registo contabilístico.

De acordo com o previsto no ponto 11 do n.º 46 da NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) aprovada no referido decreto-lei, as demonstrações de relato a elaborar e a apresentar são a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental (da receita e da despesa), a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e os anexos às demonstrações orçamentais.

Também em conformidade com ponto 14 do n.º 6 da NCP 1 (Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras), as componentes das demonstrações financeiras devem incluir o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, bem como um conjunto de anexos às referidas demonstrações financeiras compreendendo estes um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Por outro lado, o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 6º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), conjugado com o art.º 76º do referido diploma, prevê que deverão ser elaborados os correspondentes documentos de prestação de contas e consequentemente apreciados quer pelo órgão executivo (Câmara Municipal), quer pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal). Igualmente, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º, que é competência da Câmara Municipal elaborar, apreciar e aprovar os documentos de prestação de contas, a qual, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº 2 do art.º 25 da mesma Lei, deverá remetê-los posteriormente à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

Assim, em cumprimento do previsto na citada legislação, foi elaborado o presente Relatório de Gestão referente ao ano económico de 2023, o qual, acompanhado dos demais documentos que compõem a prestação de contas, demonstram a situação económica e financeira do exercício económico, esclarecem sobre as origens das receitas e a natureza das despesas da Autarquia, refletindo a utilização dos recursos afetos ao desenvolvimento das atividades e investimentos municipais e o nível de realização dos objetivos inicialmente aprovados e propostos, respondendo não só às questões dos órgãos autárquicos respetivos, mas também

dos munícipes, os quais têm, com este documento, a possibilidade de saberem como são aplicados os recursos públicos do seu município.

O documento é elaborado de forma simples e clara, mas com algum detalhe sobre elementos e informações que julgamos necessários para a compreensão da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Montemor-o-Novo no ano de 2023 e o seu desempenho nas funções gerais, económicas e sociais que lhe estão atribuídas, contribuindo para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Por último deixamos um reconhecimento aos funcionários e colaboradores do Município de Montemor-o-Novo pelo trabalho realizado. Com o esforço, colaboração, disponibilidade e união de todos atingiremos os propósitos a que nos comprometemos, rumando a um futuro melhor para o nosso concelho, que tanto nos orgulha. Montemor-o-Novo: “SABE MUITO BEM!”.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA



No ano de 2023 a proximidade com os municípios foi um fator importante da gestão autárquica. O fortalecimento da cidadania sustenta as tomadas de posição e as diferentes escolhas estratégicas. Nesse sentido, em 2023, continuámos com o **atendimento semanal aos municípios** e mantivemos a **transmissão online direta**, das reuniões dos órgãos autárquicos: **Câmara Municipal e Assembleia Municipal**, alargando assim a interação e o contacto com os municípios e transparência na governação.

Assegurámos a **divulgação da informação da atividade municipal, das juntas de freguesia** e das forças vivas da comunidade de forma mais aberta, mais transparente, mais concertada, mais próxima do município e com menos carga ideológica. Cidadãos mais informados, críticos e criativos, contribuem para uma democracia cada vez mais plural, participada e aberta.

Em 2023, além do atendimento aos municípios, desenvolvemos também **um conjunto importante de visitas ao nosso território** em articulação com todas as Juntas de Freguesias, contando com a presença de todo o executivo e também de alguns técnicos do município. No mês de março, em Cabrela, realizámos o **primeiro Encontro inter-Juntas** do mandato 2021-2025.

As **comemorações do 25 de Abril** continuaram o caminho começado em 2022. Numa democracia plural e representativa é imprescindível e fundamental a participação ativa de todas as forças políticas eleitas democraticamente no nosso concelho. Por isso, em conjunto com a Assembleia Municipal, organizámos a **Sessão Solene de comemoração do 49º aniversário do 25 de Abril**, onde todas as forças políticas puderam participar livremente, dignificando as celebrações desta data tão importante.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREGO



A excelente localização geográfica do concelho de Montemor-o-Novo e as suas potencialidades intrínsecas, constituem-se como mais valias. É urgente revitalizar o tecido empresarial. Em 2023 a autarquia de Montemor-o-Novo continuou a assumir a responsabilidade pela promoção e dinamização na captação de investimento, recebendo cada vez mais agentes económicos. No ano transato continuámos a **política de abertura económica ao investimento nacional e estrangeiro** destacando-se a **fixação de 2 novas unidades na Zona Industrial da Adua**, estando outras 2 unidades em fase de projeto.

A nível fiscal, para o ano 2023, **lançámos uma derrama com taxa de 1%** sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o IRC. Foi também **mantida a taxa reduzida de derrama de 0,5%** para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 €, o que se traduzirá num benefício fiscal para as micro e pequenas empresas sediadas no concelho de cerca de **90.000,00€**. Esta manutenção de desagravamento fiscal realizado em 2023 teve a intenção de fixar tecido empresarial no território de Montemor-o-Novo, sendo a autarquia sensível às dificuldades sentidas pelo tecido económico, sobretudo nas pequenas e médias empresas, neste período de aumento generalizado do custo de bens e serviços.

Com o objetivo de promover e dinamizar o comércio tradicional local, o Município de Montemor-o-Novo, as Juntas de Freguesia do concelho e a Associação Comercial do Distrito de Évora desenvolveram em 2023 mais uma **edição do Protocolo Local**. Conscientes das dificuldades e desafios que se colocam neste setor de atividade, foram desenvolvidas em parceria um conjunto de atividades de animação e promoção, destacando-se **o Mor Natal, com um investimento de 84.555,99€, os Vouchers de Apoio à Família – junho (17.046,98€) e a Noite Branca (1.241,00€)**. O Protocolo Local 2023 teve um **investimento municipal total de 103.444,53€**.

Inserido no Programa Mor + Economia – desenvolver, empreender e inovar, deu-se continuidade ao **ciclo de visitas às empresas instaladas na Zona Industrial da Adua**, com o objetivo de conhecer o trabalho desenvolvido pelas empresas, perceber perspetivas futuras e dificuldades, para desta forma apoiar e dinamizar o tecido económico local.

A incubadora **startUP Montemor-o-Novo**, continua a desempenhar um papel fundamental enquanto infraestrutura de atração, acolhimento empresarial e de dinamização da atividade económica, através do apoio à constituição, instalação e desenvolvimento de empresas na sua fase embrionária e de arranque e consolidação, proporcionando-lhes condições físicas para o seu crescimento e afirmação no território. Como exemplo de indicador desta importância, destaca-se o facto de em 2023 terem integrado a incubadora **4 novas empresas** que levaram a **uma taxa de 100%** de ocupação dos espaços box.

Em 2023, assinalou-se o 10.º aniversário desta infraestrutura, cujas celebrações incluíram a Grande Final da **2.ª Edição do Concurso de Ideias de Negócio**, destinado a premiar as duas

melhores ideias a implementar no concelho de Montemor-o-Novo. Os objetivos da iniciativa prendem-se com o fomento do empreendedorismo e a constituição de novas empresas de cariz inovador, permitindo a renovação e diversificação do tecido económico concelhio, a fixação de quadros qualificados e a consequente criação e distribuição de riqueza. Os dois projetos vencedores receberam, para além de horas de **consultoria, prémios monetários no valor total de 2.500,00€.**

No ano passado também se destacou o **“Mês do Empreendedorismo: Empreender, Desenvolver e Inovar em Montemor-o-Novo”**, onde foram desenvolvidas **9 iniciativas** dedicadas aos empreendedores, empresários e comunidade do nosso concelho. Deu-se também continuidade ao ciclo de sessões **“StarUP Convida...”** onde os empresários locais, representantes de entidades locais e empreendedores partilharam entre si, experiências e desafios.

Em 2023, além da **acreditação de Entidade Startup Visa e Entidade de Acompanhamento Empreende XXI**, a startUP Montemor-o-Novo renovou a presença na **RNI – Portugal Incubators**.

Inserido na **SMEA Estratégia Alimentar, o Gabinete do Produtor Agrícola (GPA)** tem vindo a consolidar o acompanhamento ao setor primário, sendo que o ano de 2023 foi marcado por uma maior aproximação ao setor agroalimentar, quer através dos atendimentos, quer por meio de visitas a cada um dos produtores a exercer a sua atividade no concelho. Pelo terceiro ano realizou-se a Campanha Cebola Roxa de Montemor-o-Novo através da organização e atribuição de cebolo para plantação a 29 produtores com um valor total de 2.035,20€. A campanha incluiu formação dos produtores e apoio na organização do **Festival Cebola Roxa’23**, certame que tem vindo a ter uma visibilidade crescente, tanto a nível local como nacional. No âmbito do mês da alimentação, realizou-se pela primeira vez uma abordagem semelhante com o mogango, variedade tradicional característica da gastronomia local. No âmbito das competências do GPA foi realizada a divulgação e acompanhamento das **hortas comunitárias da Adua** e respetivos utilizadores, assim como a manutenção do local e alguns melhoramentos das infraestruturas que se revelaram necessários. A par deste acompanhamento, o GPA tem-se revelado uma **ponte de comunicação** e contacto entre produtores, consumidores e serviços municipais e instituições, sempre que necessário.

Também em 2023 a **SMEA Estratégia Alimentar** do concelho de Montemor-o-Novo teve um relevante impulso, destacando-se a **dinamização do Mercado Municipal** enquanto projeto

âncora desta Estratégia, onde se promove a produção e o consumo local, onde se desenvolveram diversas atividades de promoção de produtos locais, literacia alimentar, comportamentos mais sustentáveis, oficinas de culinária e boas práticas na agricultura. Destaca-se o **Programa “Ao Sabor das Estações”, a VII Semana da Bolota, o lançamento da 2.ª Revista SMEA, do website, a elaboração do 2.º ciclo de Vídeos de Promoção de Produtos Locais (Azeite, Carnes, Mogango Cogumelos), a presença na Feira da Luz/Expomor 2023**, além da continuação da Implementação do Plano de Comunicação, entre outros, onde no total das ações durante 2023 se investiram **49.768,77€**.

HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO



Nas últimas décadas o nosso concelho tem registado uma perda acentuada de população. Para contrariar esta tendência necessitámos de desenvolver um plano que vise o aumento da habitação disponível no concelho e para melhores condições de habitabilidade, plano este que deverá acompanhar o desenvolvimento económico.

Em 2022 começámos o levantamento de imóveis em ruínas, deteriorados e devolutos, com vista à concretização da “**Estratégia Local de Habitação**”, que promoverá a reabilitação de habitações municipais devolutas e a reabilitação de habitações propriedade de IPSS’s do concelho.

Em 2023 o município realizou um conjunto de tarefas de onde se destacam a revisão da ELH aprovada em 2021, a análise da legislação, em especial do Programa 1.º Direito com financiamento do PRR e a atualização das situações de carência habitacional do concelho.

Deste trabalho surgiu a proposta **de revisão da própria ELH, que foi aprovada em Assembleia Municipal e pelo IHRU**, incluído a Programação Financeira homologada pelo Governo e que prevê um incremento do financiamento máximo de 3.114.690,00€ aprovado em 2021, para **14.840.827,00€ aprovado em 2023**.

Relativamente aos **Beneficiários Diretos (BD)**, elaborou-se um Manual com as condições de elegibilidade, procedeu-se à divulgação do Programa, tendo sido aumentado o número de BD de 10 em 2021, para 44 agregados identificados e notificados após aprovação do IHRU. Destes, 5 BD já têm as suas candidaturas submetidas à presente data.

Relativamente ao **Terceiro Setor**, foram realizadas reuniões de esclarecimento das medidas em vigor, estando o município a apoiar a candidatura, já submetida, de uma IPSS que tem intenção de reabilitar 12 fogos do seu parque habitacional.

Quanto ao **parque habitacional propriedade do município**, foi realizada a atualização do seu estado de conservação e de utilização, tendo sido aprovadas alterações substanciais na revisão da ELH. Neste momento já se encontram submetidas as candidaturas para a reabilitação de 17 habitações municipais, incluindo o prédio sito da Rua D. Sancho I, n.º 2, estando já concluídos os projetos para 15 desses 17 fogos.



A **Cultura e a Arte** continuam a ser uma marca importante do concelho e constituem um pilar no desenvolvimento socioeconómico do nosso território e na sua valorização.

Em 2023, demos continuidade às diversas ofertas de atividades multidisciplinares que refletem as várias sinergias que têm vindo a ser solidificadas entre os diferentes agentes culturais, as Juntas, e o Município.

Apoiámos as **associações culturais** instaladas no concelho com uma verba total de **563.805,24€**.

As **Atividades Formativas** funcionaram de forma regular em 2023. A **Oficina do Teatro** e do **Imaginário**, em parceria com o Projeto Ruínas, com uma média de 20 participantes, a **Escola de Ballet** da Câmara Municipal com cerca de 70 alunos, e a **Oficina do Canto** com cerca de 15 elementos, realizaram apresentações no final do ano letivo, em julho de 2023.

Ao longo do ano continuámos a dinamizar o **Ciclo da Primavera**. Programaram-se 26 atividades culturais que dinamizaram todas as freguesias, promovendo a descentralização cultural, num valor total de **48.851,27€**.

Nas comemorações do **dia 8 março** e nas comemorações do **49º aniversário do 25 Abril** foram investidos cerca de **38.000,00€**.

Em março de 2023 promoveu-se a **Festa do Teatro**, em parceria com diversas estruturas locais (Alma D’Arame, Projeto Ruínas, Trimagisto, Grupo dos Amigos de Montemor, Theatron e Espaço do Tempo), com uma despesa total de **21.830,00€**.

Deu-se continuidade ao **Cineclube e Filmoteca**, projeto que decorreu ao longo do ano, com 52 exibições de filmes, realizadas nas freguesias do concelho, cinema ao ar livre e no cineteatro Curvo Semedo, onde se realizou também o projeto ARCA, num total de **40.978,00€**.

Com um custo de **7.393,61€**, organizámos o **V Encontro Internacional de Aquarelas de Montemor-o-Novo**, em parceria com a Associação de Aquarela de Portugal. Durante dez dias, onze artistas provenientes de vários países encontraram-se em Montemor-o-Novo para pintar a cidade e a região Alentejo.

Em agosto recebemos o Festival “**Sete Sois Sete Luas**” (**17.494,10€**), e em dezembro o itinerante “**Festival Terras Sem Sombra**” com um conjunto de espetáculos e iniciativas que partilharam e projetaram o legado cultural e natural do Alentejo, através de uma programação que deu a conhecer um território ímpar, contribuindo para a formação de novos públicos, num custo total de **10.680,00€**.

Na área sócio-educativa a **Oficina da Criança** manteve a sua atividade regular enquanto espaço de “porta aberta”, com os diversos ateliers a funcionar. A equipa cresceu em 2023, o que permitiu uma maior disponibilidade de recursos humanos para assegurar a regular abertura de espaço: ateliers e ludoteca.

Diariamente frequentaram a Oficina da Criança uma média de 70 crianças em regime livre.

Decorreram como habitual **as sessões de expressão artística com as Escolas Básicas e Jardins Infância** (públicos e IPSS) do concelho, num total de 2 sessões por turma com técnicas e temas à escolha.

Desenvolveu-se ainda o projeto “**Do Rio ao Mar**”, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, realizando-se 2 sessões de expressão plástica associadas ao tema, pelas turmas do 1º ciclo que resultaram numa **exposição apresentada na Feira da Luz 2023 no espaço da Brincafeira**.

Apoiou-se o **Clube Erasmus do Agrupamento de Escolas**, com dinamização de 1 sessão mensal de dinâmicas de grupo.

Com a maior afluência de crianças na Oficina da Criança durante o período de férias, além das habituais **saídas à praia**, em 2023 promoveu-se um conjunto de atividades específicas e pontuais que visaram enriquecer a oferta, quer desenvolvidas pelas monitoras da Oficina da Criança, como a **Cozinha Aberta**, quer recorrendo a dinamizadores externos onde destacamos **Oficina DesFeita** por Inês Abrunhosa, a **Oficina de Pintura Alentejana** por Etelvina Santos, o **Laboratório das Emoções** por Mariana Stoffel e a **Oficina de Luz** pela Associação Oficinas do Convento.

Dá-se relevância ao **“Projeto Barro a 4 Mãos”** que, envolvendo um máximo de 8 crianças por sessão, promoveu ações de modelagem de barro em 8 instituições de 3.ª idade do concelho, numa dinâmica de criança | adulto | idoso, nas instalações da instituição ou espaço exterior escolhido e adequado pela instituição recetora.

No espaço da **Biblioteca Municipal**, com uma despesa de funcionamento de **27.344,27€**, continuaram a promover-se **ações de proximidade com a comunidade**, relevando-se: a Comunidade de Leitores, as noites temáticas na Biblioteca para público infantojuvenil, as sessões de histórias para famílias, o clube de costura com livros, a dinamização de jogos de tabuleiro, a ilustração em Banda Desenhada e o projeto Livros Andarilhos.

No âmbito do projeto **“Do Rio ao Mar”**, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, a Biblioteca dinamizou a encenação de um conto para todos os Jardins de Infância, apresentado na sua deslocação ao Rio Almansor.

Destaque em 2023 para o desenvolvimento do projeto "Se há futuro há bibliotecas: as Bibliotecas são pessoas!" integrado no **programa Transforma** em articulação com a CIMAC.

Ao nível do **Roteiro Literário Levantado do Chão**, iniciaram-se as obras para instalação do Centro Interpretativo Levantado do Chão, procedeu-se à instalação de totens por todo o concelho e à implementação da sinalética direcional do Roteiro e dos quiosques multimédia de exterior. Ao nível dos conteúdos, desenvolveram-se conteúdos multimédia, registaram-se entrevistas e traduziram-se diversos materiais para inglês.

Ao longo do ano dinamizaram-se várias visitas com grupos organizados em colaboração com os parceiros do projeto: Fundação José Saramago, Museu do Aljube, Município de Lisboa e Município de Évora.

Em 2023, o **Roteiro Literário Levantado do Chão** teve um investimento de **155.473,66€**.

A **Galeria Municipal** teve a sua atividade programada, com 7 exposições temporárias, com um total de 656 visitantes.



Na área da **Educação** o ano 2023 consolidou a transferência de competências para o Município. Foram realizadas várias reuniões da **Comissão de Acompanhamento e Monitorização** durante o ano.

Continuámos a assumir a **gestão direta dos refeitórios escolares da EB S. João de Deus e da Escola Secundária**, desencadeando concursos públicos para fornecimento de bens alimentares para o ano de 2023, no valor de **105.000,00€**.

No ano letivo 2023/2024, assumimos a **gestão direta da dinamização das Atividades de Enriquecimento Curricular** nas EB's com a afetação da verba de **32.795,95€**.

Com um valor global de **99.900,00€**, atribuímos **109 bolsas de estudo para o ensino superior** no ano letivo 2023/2024.

Para gestão de refeições escolares, papelaria e bufete escolar, adquirimos a plataforma **“Siga Edubox”**, um contrato de 36 meses no valor de **61.500,62€**. Para possibilitar o acesso gratuito a conteúdos pedagógicos a todos os alunos do concelho e numa ótica digital, foram investidos **60.000,00€** na plataforma **“Escola Virtual”** para 3 anos letivos.

Implementámos no ano letivo 2022/2023 o **Projeto “O Cientista regressa à Escola”**, com a participação de 65 alunos de 3 turmas de 4º ano. O projeto foi estabelecido com a Native Scientist, uma organização sem fins lucrativos que desenvolve, implementa e avalia programas educativos em vários países europeus, nomeadamente o programa “Cientista Regressa à Escola”, que visa aproximar crianças e cientistas através da realização de oficinas de ciências com a particularidade de os cientistas serem ex-alunos das escolas, ou seja, os cientistas regressam às suas escolas de 1º ciclo – valor despendido: **2.600,00€**.

Atribuímos a todos os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do ensino básico, **verbas para as visitas de estudo, material didático, material de desgaste e material de primeiros socorros**, referente ao ano letivo 2022/2023, no valor total de **11.775,00€**.

A **Universidade Júnior**, realizada no Porto, na semana de 10 a 14 de julho de 2023, com um valor de **4.205,00 €**, teve a participação de 20 alunos montemorenses.

Destaca-se ainda para a **abertura de uma sala de pré-escolar da rede pública na freguesia de Cabrela** no ano letivo 2023-24 (1ª sala); **reabertura da EB nº 3 de Montemor-o-Novo com 2 salas de aula** para 40 alunos do 1º ano e **duas salas do JI Nº1 de Montemor-o-Novo** que passaram a funcionar no edifício que foi requalificado e remodelado, um investimento concluído em 2023 com um investimento total de **442.031,60€**.

Regista-se ainda a aquisição de **equipamentos para os parques infantis da EB nº 2 de Montemor-o-Novo**, no valor de **27.069,22 €** e para a **EB 1 de Vendas** em Silveiras, no valor de **25.638,22 €**.

Na área da **Saúde**, pese embora tenha sido efetivada em dezembro de 2022, o ano 2023 fica marcado pela **transferência de competências para o Município**. Acreditamos que todo este processo traz benefícios para a população, pois fomenta uma política de proximidade e de diálogo.

Estabelecemos os devidos **protocolos** com a **Casa do Povo de Cabrela** (3.000,00€) e com a **Casa do Povo de Lavre** (3.500,00€) para o funcionamento das respetivas Unidades de Saúde nestas duas localidades. **Reforçámos**, através de procedimentos concursais, os **recursos humanos** para a área funcional da saúde **na carreira de assistente operacional**.

Em 2023 iniciámos, em colaboração com a Junta de Freguesia de São Cristóvão e com a Administração Regional de Saúde do Alentejo. IP, **as obras de requalificação da Unidade de Saúde de São Cristóvão**.

Ao longo do ano, a política de saúde do município **pretendeu contribuir para a promoção da saúde e prevenção da doença**. Destaca-se a promoção de hábitos alimentares saudáveis na comunidade e a prevenção de doenças relacionadas com a alimentação, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. Em 2023 garantimos que as **refeições escolares observem as necessidades nutricionais dos alunos**, fornecendo uma variedade de alimentos que promovam um crescimento saudável e o desenvolvimento cognitivo adequado.

No âmbito das celebrações do **mês do cidadão idoso**, foi desenvolvido o projeto “**Nutrição ConVida Sénior**”. O projeto pretendeu aumentar a literacia em saúde e capacitar utentes e colaboradores das instituições para melhores práticas diárias, trabalhando em rede e de forma multidisciplinar.

Em novembro, nas comemorações do **Dia Mundial da Diabetes** o Município em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC Monte Mor), realizaram um rastreio para todos os trabalhadores do município.

No âmbito das comemorações do “**Dia da Alimentação**”, em parceria com o grupo de Ciências Naturais e o Clube Ciência Viva na Escola LabVivo – Ciências com Arte, foram realizadas **sessões de educação alimentar** dirigidas a diversas turmas. Com o tema “**Vamos fazer a Ementa**”, falou-se sobre a dieta mediterrânica e elaborou-se um menu para a ementa geral e vegetariana, de forma a promover a participação dos alunos nas ementas escolares.



Na **Ação Social**, a **transferência de competências** para o Município materializou-se em janeiro de 2023. Foi protocolado com a **Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo** a delegação de competências no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (**SAAS**) e o Acompanhamento dos Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (**RSI**). Neste âmbito, durante o ano 2023 foi efetuado o acompanhamento a 212 famílias (SAAS + RSI), correspondente a 490 pessoas. Foram ainda atribuídos 65 apoios económicos, sendo os apoios para saúde e para habitação os mais expressivos: 28 pedidos em medicação no valor de 1.328,84€ e 13 pedidos para renda/alojamento no valor total de 3.380,48€. Para melhorar a capacidade de resposta do SAAS foi adquirida uma **viatura 100% elétrica** no valor de **42.373,50€**.

Prosseguimos com o **apoio às instituições de cariz social (271.594,15€)**, nomeadamente: protocolos com centros lúdicos; apoio a alunos carenciados e subsídios ordinários com instituições profissionais e não profissionais de cariz social.

Em outubro de 2023 comemorámos mais um “**Mês do Cidadão Idoso**” com diversas atividades em todo o concelho, incluindo momentos culturais e de animação, desportivos e recreativos, que pretenderam incentivar o envelhecimento ativo, sensibilizando a comunidade para a valorização dos cidadãos mais idosos, promovendo também o convívio intergeracional. Com apoio logístico e financeiro da autarquia, destacamos a realização do **Convívio das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho**, que juntou cerca de 700 pessoas no Parque de Exposições Municipal, com um custo total de **7.247,50€**.

TURISMO E PATRIMÓNIO CULTURAL



Consideramos o **Turismo e o Património Cultural** setores estratégicos para o desenvolvimento económico do concelho, nomeadamente para aumento de oportunidades de trabalho e para o crescimento das exportações. Pela relevância que estes dois sectores ganharam no país e na região, sendo presentemente sectores com capacidade para criar emprego, continuaram a merecer o investimento municipal.

2023 foi um ano de impulso do turismo a nível concelhio com impacto no número de turistas que visitaram o nosso concelho. Em comparação com o ano de 2022, nos postos de atendimento do **Município, no Posto de Turismo e no Centro Interpretativo do Castelo, registou-se uma subida de 18% no número de atendimentos**. A promoção e divulgação do concelho do ponto de vista turístico tem sido prioridade, nomeadamente com a participação na **Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL** como exponencial máximo dessa aposta. A promoção do Roteiro Literário Levantado do Chão teve destaque no palco central do stand da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo na edição de 2023 da BTL.

O protocolo **Formação + Próxima**, estabelecido com o Turismo de Portugal, tem capacitado o tecido turístico local com novas valências. Foram disponibilizadas formações totalmente gratuitas e certificadas no âmbito dos seguintes temas: Atendimento Inclusivo; Gestão de

Alojamento; Inglês; Serviço de Vinhos em Restauração e Atendimento em Turismo – Comunicação Eficaz.

À semelhança dos anos anteriores, a edição de 2023 do “**Vamos Falar de Turismo**” trouxe um momento de diálogo e debate de ideias entre os agentes turísticos do concelho e as instituições. Tendo por tema principal a sustentabilidade, esta edição coincidiu ainda com um dia comemorativo, o Dia Nacional dos Moinhos.

As **comemorações dos dias temáticos** promoveram, ao longo do ano, várias visitas guiadas à cidade e aos seus núcleos museológicos, assim como um peddy paper no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, celebrado a 18 de abril, que teve destaque na imprensa online.

Com um investimento de **19.602,19€ a 19.ª edição do Festival de Sopas** foi uma aposta ganha no calendário de eventos do Município de Montemor-o-Novo, registando uma afluência significativa de público e a participação de 14 agentes locais, entre restaurantes, produtores e uma associação. Este evento contou novamente com o Concurso Gastronómico “Montemor-o-Novo Borrego à Mesa”, com 7 pratos a concurso.

O **Banquete Manuelino**, realizado em julho de 2023 no adro do Convento da Saudação, serviu de mote para o anúncio do regresso da **Feira Medieval ao Castelo de Montemor-o-Novo em 2024**.

Foram também dinamizadas diversas **visitas ao Património Cultural e Religioso**, permitindo a todos os participantes conhecer e valorizar o nosso vasto Património Histórico, Imaterial e Natural. O ano transato trouxe ainda, nesta área, três novas exposições.

Com um investimento total de **80.808,02€**, inaugurámos a **nova exposição no Centro Interpretativo da Gruta do Escoural**, com um protocolo de cedência dos materiais arqueológicos expostos, entre o Município e o Museu Nacional de Arqueologia; com a montagem de painéis expositivos e vitrines com os objetos originais e impressões 3-D dos mesmos; com a instalação do hardware e software de realidade aumentada e com a instalação da mesa interativa. A aposta nos elementos multimédia, nas réplicas com recurso à impressão 3D e num visual moderno, tornam este centro interpretativo num ponto de atração fundamental para quem quer conhecer melhor este monumento nacional.

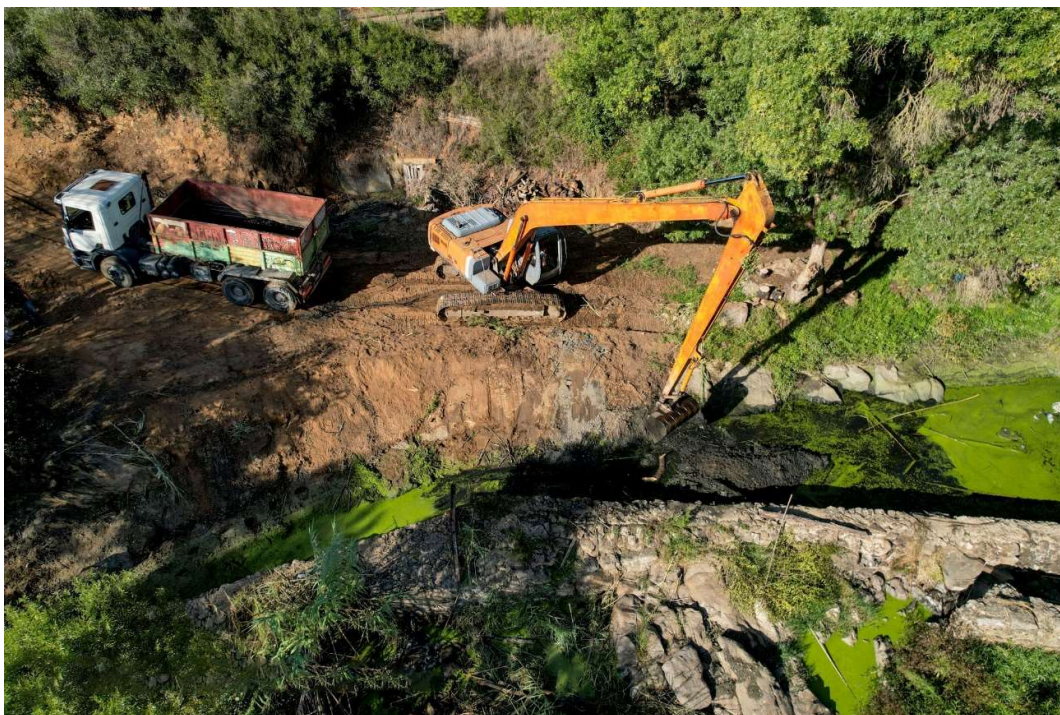
Foi ainda aberta a exposição de “**As Relíquias de S. Filipe e do seu Companheiro**” e a exposição “**Misericórdia de Montemor – o – Novo. História e Arte**”, num valor total de **12.191,67€**.

Em 2023 concluiu-se a **reparação das Fontes e Placa do Largo dos Paços do Concelho**, uma empreitada com o custo de **74.108,84€**.

Continuámos a comemorar o **Dia Internacional dos Monumentos e Sítios**, promovendo visitas gratuitas ao Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo, visitas guiadas ao núcleo museológico do Convento de São Domingos. Em março de 2023 decorreram as comemorações do **Dia Nacional dos Centros Históricos**, iniciativa que proporcionou visitas guiadas ao centro histórico de Montemor-o-Novo, entradas gratuitas no Centro Interpretativo do Castelo, no Centro de Etnologia e no Convento de São Domingos.

Promovemos ainda o início dos procedimentos para as ações previstas no projeto “**Património Geológico do Rio Almansor “Migmatitos”** – estudo, salvaguarda e divulgação do património geológico do Rio Almansor - protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FCIÊNCIAS.ID – Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências e a Universidade de Évora.

DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO, SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA



O desenvolvimento urbanístico sustentável é um dos pilares para o sucesso em todas as suas dimensões. É necessário assegurar que os serviços de saúde, educação, cultura, entre outros, sejam de acesso a todos. Um concelho inclusivo, que valoriza a qualidade ambiental, a coesão territorial e o crescimento sustentável.

É nesta perspetiva que em 2023 a plataforma **NoPaper - Desmaterialização de Processos Urbanísticos Online**, começou a ser utilizada nos procedimentos da gestão urbanística. O objetivo é a desmaterialização integral dos processos de urbanismo, potenciando e maximizando os recursos físicos, técnicos, humanos e financeiros do Município, assegurando uma melhor administração dos instrumentos de gestão territorial, sendo também uma medida de elevada importância ao nível da sustentabilidade ambiental. A plataforma NoPaper teve um investimento associado de **45.510,00€** e contribui para a modernização administrativa, com uma maior eficiência, transparência e redução de custos para todos os envolvidos.

É também nesta perspetiva de concelho inclusivo e que promove a coesão territorial, que em 2023 continuámos a dar especial atenção a todas as nossas **7 freguesias**.

No âmbito do **Gabinete de Apoio às Freguesias** tem sido garantido apoio igualitário a todas as **freguesias**, numa preocupação efetiva com o bem-estar de todos os fregueses, assumindo o

princípio da universalidade e da igualdade, refletido na certeza de que todas as freguesias beneficiam das mesmas competências.

As freguesias são o primeiro contacto da população com o Poder Local. Em muitas ocasiões substituem o Poder Central e também o Município. Os **Protocolos de Colaboração (187.423,95€)**, as **Adendas aos Contratos Interadministrativos no Âmbito das Transferências de Competências (189.818,94€)**, as **Adendas aos Contratos Interadministrativos para Transporte Escolar, Lanches e Refeições Escolares (171.571,45€)** e todo o apoio possível às freguesias do concelho de Montemor é um compromisso assumido pelo executivo em funções.

Após processo de negociação que obedeceu aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência de recursos, contemplámos nos **Autos de Transferência** da Direção-Geral das Autarquias Locais, um total de **267.446,97€, distribuído pelas freguesias do concelho.**

Ainda durante o ano 2023 foi adjudicada a **empreitada de pavimentos betuminosos em ruas das freguesias do concelho de Montemor-o-Novo**, com um valor total de **237.271,92€.**

Continuámos a **regularização de estradas e caminhos de terra batida** da rede viária municipal do concelho, uma empreitada no valor de **230.868,00€**, e efetuámos o melhoramento dos **órgãos de drenagem da estrada municipal 7 – Courela da Freixeirinha (21.804,00€).**

Os **espaços verdes** têm um impacte importante na qualidade de vida de uma cidade. Nesta área destaca-se a prioridade que foi dada na manutenção e valorização do **arvoredo urbano** (aquisição de equipamentos, serviços de avaliação fitossanitária e controlo da lagarta do pinheiro), bem como no reforço de sistemas gota-a-gota em pequenos espaços verdes da cidade ainda com rega manual, com um investimento de aproximadamente **13.325,94€**. Foi também iniciado o levantamento das prioridades e necessidades de intervenção nos parques infantis do concelho.

Na área da **gestão regular dos cemitérios**, destaca-se um investimento de **28.017,40€**, que permitiu iniciar uma nova aplicação para registo e processamento dos pedidos de inumação e exumação, melhorando o serviço de atendimento prestado ao munícipe, bem como investimentos que tiveram por objetivo melhorar as condições de inumação e exumação na gestão no terreno (placas identificativas de sepulturas e urnas para depósito temporário de ossadas).

Relativamente à **frota automóvel** do Município e com o objetivo de melhorar as condições de transporte de passageiros, celebrámos os contratos de aquisição de um **minibus (180.748€)**, de um **autocarro (325.704,00€)** e de uma **viatura ligeira de passageiros de nove lugares destinada ao transporte escolar (44.015,00€)**.

No que respeita ao bem-estar e segurança animal, o **Serviço Municipal de Veterinária** teve elevada atividade durante o ano 2023. Destaque-se o projeto de melhoramento do **Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia** - construção de parque de recreio para os cães, sala de cirurgia e zona de banhos – projeto orçamentado em **29.900,00€** (comparticipação do ICNF no montante de 17.290,00€ euros).

Realizaram-se também diversas **recolhas e adoção** de canídeos e felídeos, procedeu-se à **vacinação e desparasitação de canídeos**, à **esterilização de mais de 500 animais**, com a participação do ICNF num montante de **15.186,00€** e realizaram-se ainda diversas atividades de promoção do bem-estar animal.

Em 2023 **realizámos um conjunto de contactos oficiais e reuniões com a tutela, com as Infraestruturas de Portugal. IP e com a CCDRALentejo. IP** com vista a desenvolver o processo para encontrar a melhor solução, economicamente viável, que retire o **trânsito de viaturas pesadas de transporte de mercadorias do centro da cidade** de Montemor-o-Novo, para que a Avenida Gago Coutinho seja um espaço de relevante interesse para o concelho.

Demos ainda passos importantes para a estratégia concertada de **Mobilidade Urbana Sustentável para Montemor-o-Novo**. Denominada **MobiMor**, esta estratégia é estruturada em 4 Eixos fundamentais: circulação pedonal; circulação viária; transportes públicos e a descarbonização. O **eixo dos transportes públicos urbanos** tem como objetivo criar soluções alternativas concretas, capazes de promover uma ampla redução da utilização do automóvel privado, sobretudo nas deslocações regulares quotidianas “casa-trabalho-casa” ou “casa-escola-casa”, contribuindo assim eficazmente para atenuar a procura por estacionamento, sobretudo em locais específicos caracterizados por maior pressão. Nesse sentido desenvolvemos o **MorBike** – com a aquisição de um Sistema de Partilha de Bicicletas Elétricas Públicas, apoiado financeiramente no âmbito do Programa Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Montemor-o-Novo (PEDU / Alentejo 2020), num **investimento total de 258.718,20€, participado em 219.910,47€**. O MorBike está atualmente em período de discussão pública do seu regulamento de funcionamento. Iniciámos junto da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central - CIMAC o procedimento para um projeto piloto de transporte público urbano,

baseado num minibus: **MorBus**, cujo processo de contratação está a decorrer pela CIMAC. Decorre também pela CIMAC a contratação de um projeto experimental de transporte público flexível (transporte “a pedido”), baseado no parque local de táxis que aderirem ao projeto - **MorTaxis**.

Na **área ambiental e de adaptação às alterações climáticas**, o ano de 2023 ficou marcado pela aprovação do **Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Montemor-o-Novo**, documento estratégico, elaborado ao longo dos últimos três anos, inserido no projeto Adapta.Local.CIMAC e que permitiu a identificação dos principais riscos climáticos que afetam o território e a antecipação dos impactes climáticos futuros, com destaque para as problemáticas relacionadas com o aumento das temperaturas e a alteração nos padrões de precipitação.

Desenvolveram-se também etapas importantes para a construção da **Estratégia Municipal Ambiental**, atualmente em discussão pública e que tem como missão: “*Fazer de Montemor-o-Novo um concelho de referência, pela sua elevada qualidade de vida, baseada num modelo sustentável de desenvolvimento e na valorização do território e dos seus valores naturais e culturais*”.

Iniciaram-se os trabalhos do plano **RIVER - Plano de Restauro e Valorização da Rede Hidrográfica de Montemor-o-Novo**, documento em fase de conclusão, que inclui um conjunto de linhas orientadoras de planeamento e gestão do território do concelho, principalmente no que concerne à gestão das linhas de água urbanas, visando a requalificação destas estruturas naturais, de grande importância para a salvaguarda e promoção da biodiversidade. Foram realizados trabalhos de limpeza e desobstrução da **Ribeira de São Geraldo** e também do **Rio Almansor** - no Porto das Lãs de Cima (Estrada Municipal 3- EMMN3) e Porto das Lãs de Baixo (Estrada Municipal 537 – EM537). Com estes trabalhos pretendeu-se assegurar o normal escoamento das águas, controlar o crescimento de vegetação infestante e invasora, promover a renaturalização, aumentar a biodiversidade e reduzir o risco de erosão e de incêndio.

Em conjunto com as Águas de Portugal/AgdA procedemos à **limpeza de sedimentos**, no açude do Moinho da Abóboda situado no **Rio Almansor**. Esta ação reflete a aposta municipal na política de valorização da rede hidrográfica onde foram retiradas do Rio Almansor, aproximadamente, 130 toneladas de sedimentos, constituídos principalmente por areias e matéria orgânica, tentando recuperar as características ambientais hidrográficas.

Durante o ano 2023, **na área ambiental e na adaptação às alterações climáticas**, foram investidos pelo Município **41.927,00€**.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, SANEAMENTO ÁGUA RESIDUAIS E RESÍDUOS



A gestão criteriosa da água para consumo humano, o saneamento e tratamento de águas residuais e a gestão dos resíduos urbanos, constituem-se como importantes prioridades da ação autárquica.

Na **área do abastecimento de água para consumo humano** destacamos o investimento de **18.529,95€** com as intervenções na **implementação da macromedição nos sistemas de abastecimento** de água de Santa Sofia, São Cristóvão, São Brissos e Santiago do Escoural, com a colocação de caudalímetros e sondas de nível, dataloggers e equipamentos de comunicação para assegurar a telegestão de todos os reservatórios ou pontos de entrega com medição em tempo real dos consumos de água nestes sistemas. Todos os sistemas atualmente possuem macromedição em todos os reservatórios de distribuição.

Importa também destacar a urgente **execução de furos de pesquisa e captação de água no sistema de abastecimento das Silveiras**, com uma verba total de investimento de **34.397,00€**.

Na gestão dos **resíduos urbanos** foi dada prioridade aos **bioresíduos alimentares e de jardins**, com um investimento de **158.630,15€**, financiado pelo Fundo Ambiental.

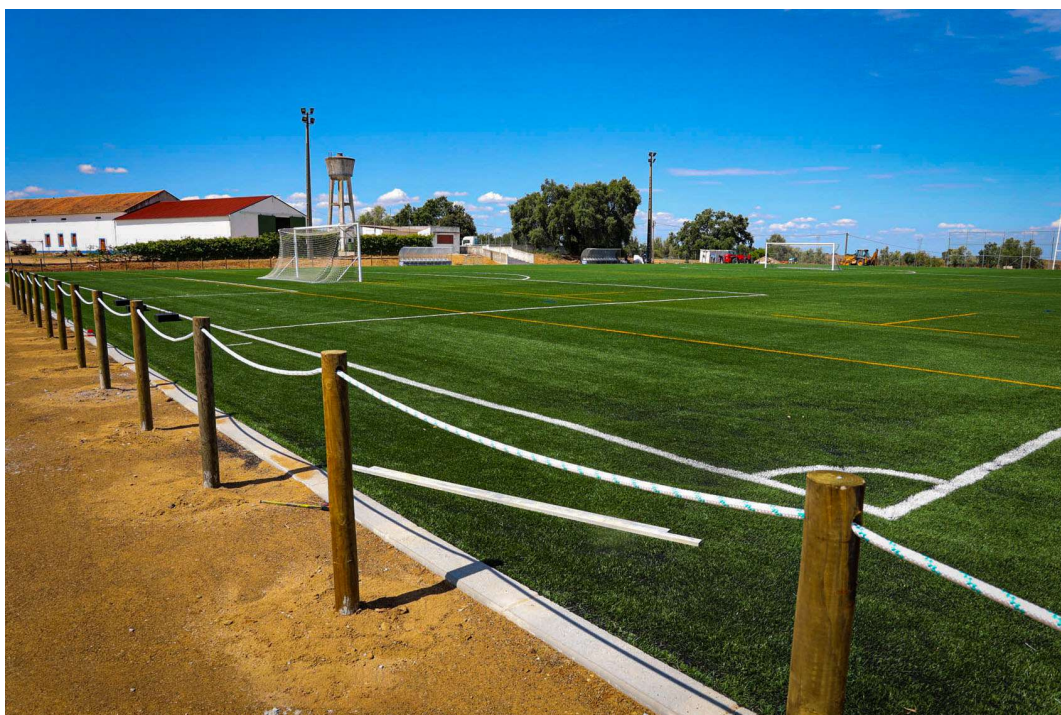
Foram criadas soluções de compostagem em todo o concelho e criou-se um circuito piloto de recolha seletiva no setor HORECA (Hotelaria, Restauração e Cafetaria), dando cumprimento à obrigação legal de instalar soluções para os bioresíduos até ao final do ano de 2023. Foram criadas 8 ilhas de compostagem, realizadas ações de sensibilização, distribuídos compostores domésticos e reforçadas as soluções de recolha através da **aquisição de 2 viaturas elétricas (92.225,00€)**, 2 contentores metálicos de 12 m³ e baldes de 60 litros, o que permitiu valorizar 12,5% dos bioresíduos produzidos no concelho.

Nos óleos alimentares usados concluiu-se o **projeto de alteração da rede urbana de oleões**, melhorando a imagem e as condições de valorização deste resíduo.

Investiu-se também uma verba considerável na **substituição de equipamento para deposição de resíduos na via pública (28.843,00€)**.

Ao **nível da limpeza urbana**, destaca-se um investimento de **119.367,43€**, tendo como objetivo **reforçar o controlo de pragas urbanas**, garantir as condições para obter a **autorização prevista na lei para aplicação de fitofármacos**, **melhorar a frota e reforçar a equipa da Higiene e Limpeza** tendo em vista um serviço mais eficiente e sustentável nos próximos anos.

DESPORTO E JUVENTUDE



O **Desporto** é um pilar fundamental para o desenvolvimento do concelho e tem um impacto direto na saúde física e mental dos cidadãos, em especial dos jovens, bem como no seu desenvolvimento social.

Por assumirmos isso continuámos a **promover eventos municipais e a apoiar eventos promovidos pelo movimento associativo, com o objetivo de garantir Desporto para Todos**. Procurámos, através da prática desportiva, combater o isolamento e as desigualdades e sensibilizar a população para as vantagens de adoção de estilos de vida saudáveis.

Prosseguimos o processo de apoio especializado às associações/clubes, trilhando um caminho rumo à profissionalização administrativa dos mesmos e garantindo o maior número de recursos (técnicos e humanos), sobretudo ao nível da formação, através de **contratos-programa estabelecidos com as associações/clubes**.

No ano de 2023 o apoio da Câmara Municipal às associações desportivas foi de **385.858,10€**.

Durante o ano de 2023 promovemos **uma intensa atividade desportiva** em todo o concelho e para toda a comunidade, contribuindo para a promoção da prática desportiva e para a adoção

de estilos de vida saudáveis. Foram desenvolvidas para a comunidade montemorense, em parceria com CIMAC, Juntas de Freguesia ou Associações, em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, atividades para a população em geral, para crianças ou para populações especiais. Ao longo de 2023, foram realizados **mais de 50 eventos desportivos**, com um custo total **de 28.703,00€**.

A nível das infraestruturas desportivas, 2023 fica marcado pela **instalação de um relvado sintético no Campo de Futebol das Fazendas do Cortiço** e pela **substituição do relvado sintético do Parque Desportivo Municipal de Montemor-o-Novo**, num investimento total **568.566,71€**.

Na área da **Juventude** durante 2023 foram desenvolvidas internamente atividades nos vários ateliês, nas áreas de música, robótica, novas tecnologias, alimentação, e outras atividades como o apoio nos intervalos das aulas no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, entre outras.

Além das atividades desenvolvidas pelo **Centro Juvenil**, foram ainda realizadas **atividades para a comunidade escolar e de voluntariado**, tais como o “Voluntariado Jovem”, que permitiu dar apoio às atividades de Verão dos vários serviços do Município em diversas áreas, o “Voluntariado Florestas” e o “Voluntariado na Feira da Luz 2023”. No total a área da Juventude afetou a verba de cerca de **44.842,00€**.

Ao nível do **empreendedorismo juvenil**, iniciámos a **criação e implementação de programas pedagógicos de empreendedorismo nas escolas**: “Missão Montemor”; “Artes e Ofícios”, “Concurso de Ideias, cria o teu Futuro”, com a participação de docentes e discentes. Foram ainda desenvolvidas outras atividades, como por exemplo, o **“Dia do Empreendedorismo”**, **as sessões de apoio a clubes, as consultas individuais de ideação e o workshop de criação de currículos e portfólios**.

GARANTIR A PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA



Compete ao **Serviço Municipal de Proteção Civil - SMPC** pôr em prática atividades de proteção em todo o concelho, assim como tratar e divulgar informações relacionadas com esta matéria. Estão assim implícitas medidas de prevenção, avaliação de riscos, planeamento e também apoio direto às operações de socorro e salvamento.

Durante o ano de 2023 foram várias as atividades e ações do SMPC, destacando-se o **MASS TRAINING INEM** em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e o Serviço de Urgência Básico (SUB), o **Simulacro no Cineteatro Curvo Semedo**, o **Simulacro na Escola Conde Ferreira – EB1 N.º2** e o **Simulacro no Aeródromo Municipal**.

No cumprimento da **Norma 03/2023 – Preparação e Resposta em Eventos de Massas de 10/05/2023**, foi realizado o Plano de Coordenação de Evento para o Banquete Manuelino, o Plano de Coordenação para as Jornadas Mundiais da Juventude, o Plano de Coordenação para a Feira da Luz/Expomor 2023 e o Plano de Coordenação de Evento para a Feira das Sopas. Neste âmbito foi também prestado apoio na realização do Plano de Coordenação de evento para o Festival de Lavre e para o Festival Alentejo “World Heritage Festival” em Cabrela.

No âmbito do **Plano de Coordenação para a Feira da Luz/Expomor 2023**, foi implementado um posto de socorros no recinto da feira, em parceria com os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo.

No que respeita a **ações de formação** e no âmbito do **Programa de Sensibilização e Formação Escolar** e em parceria com os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, a UCC e o SUB, iniciámos ações com os funcionários das escolas em Suporte Básico de Vida, utilização e manuseamento de extintores e constituição da caixa de primeiros socorros.

Tal como em anos anteriores foi realizado o procedimento para **manutenção de extintores e carretéis** em edifício municipais, no valor de **4.325,35€**.

No **Gabinete Técnico Florestal** implementámos o programa de **Voluntariado Jovem – Equipa de Vigilância Florestal** com um custo de **5.300,00€**, realizámos as faixas de **gestão de combustível em estradas e caminhos municipais**, em que o valor do procedimento foi de **36.498,03€** e continuámos a implementar o **Plano de Ação para Vigilância e Controlo da Vespa Velutina**, numa parceria com a CIMAC recorrendo a fundos comunitários.

Continuámos com o apoio à **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo (AHBVMN)**. Esta importante associação montemorense desenvolve em prol da população um conjunto de atividades fundamentais para a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos e doentes, a extinção de incêndios, o desenvolvimento da atividade física e desportiva através da sua secção de Atletismo e da equipa de Manobras, e ainda a promoção e desenvolvimento da atividade cultural através da sua fanfarra. Como tal, em 2023, manteve-se o **subsídio ordinário à AHBVMN, com o valor total de 120.000,00€**.

Em 2023 o Município de Montemor-o-Novo atribuiu diversos apoios extraordinários à AHBVMN, onde se destaca o apoio ao arraial de Verão, a inspeção a viaturas, o apoio na Feira da Luz 2023 e a compra de equipamento para as instalações (**22.305,08€**). Foi também assinado um **protocolo para aquisição de viaturas (18.120,00€)**.

Apoiámos as duas **Equipas de Intervenção Permanente**, que têm como objetivo garantir em permanência os serviços de socorro às populações. Em parceria com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, o Município de Montemor-o-Novo assegurou o funcionamento destas equipas com um investimento anual de **58.400,00€**.

Mantivemos ainda o apoio nas refeições referente à equipa do **Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais - DECIR**, no valor de **11.120,00€**.

Em 2023, o total de apoios concedidos à **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo** foi de **230.075,08€**.

ENQUADRAMENTO TÉCNICO FINANCEIRO

Os documentos de Prestação de Contas são uma obrigação do executivo municipal, prevista nos termos da alínea I) do n.º 1 do art.º 33, da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, para apresentação por parte da Câmara à Assembleia Municipal para a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se procedeu à preparação do presente relatório que cumpre o determinado na Lei e pretende fazer a análise da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Montemor-o-Novo, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2023.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental).

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alicerça o compromisso do executivo na política rigorosa de gestão financeira e de controlo orçamental a médio longo prazo, com vista à prossecução de medidas com impacto positivo na qualidade de vida dos munícipes.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas públicas).

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Em 2020, a implementação deste normativo contabilístico baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como por exemplo o de controlo de ativo, permitiu a continuação da sua particularização no Município de Montemor-o-Novo que se demonstra nos documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

O presente relatório pretende analisar os recursos humanos, além da situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2023.

I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

I.1 Estrutura política

A estrutura política assenta em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, com funções executiva, e a Assembleia Municipal, com funções de apreciação e fiscalização da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo preservou a constituição dos seus 28 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 7 por inerência, por via do cargo de Presidente das Juntas de Freguesia.

A Câmara Municipal é constituída por 7 membros, 1 Presidente e 6 Vereadores.

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, o executivo apresentou a seguinte composição:

- Presidente: Olímpio Manuel Vidigal Galvão
- Vice-Presidente: Henrique José Leocádio Lopes
- Vereador: Sílvia de Sousa Carranca Vieira dos Santos
- Vereador: António Luis Pinto Xavier
- Vereador: António Adriano Mateus Pinetra
- Vereador: Gil Pegado Porto
- Vereador: Paula Cristina Vaqueirinho Bilro (suspensão de mandato em 20/11/2023)
- Maria da Graça Duarte Nascimento (a partir de 21/11/2023)

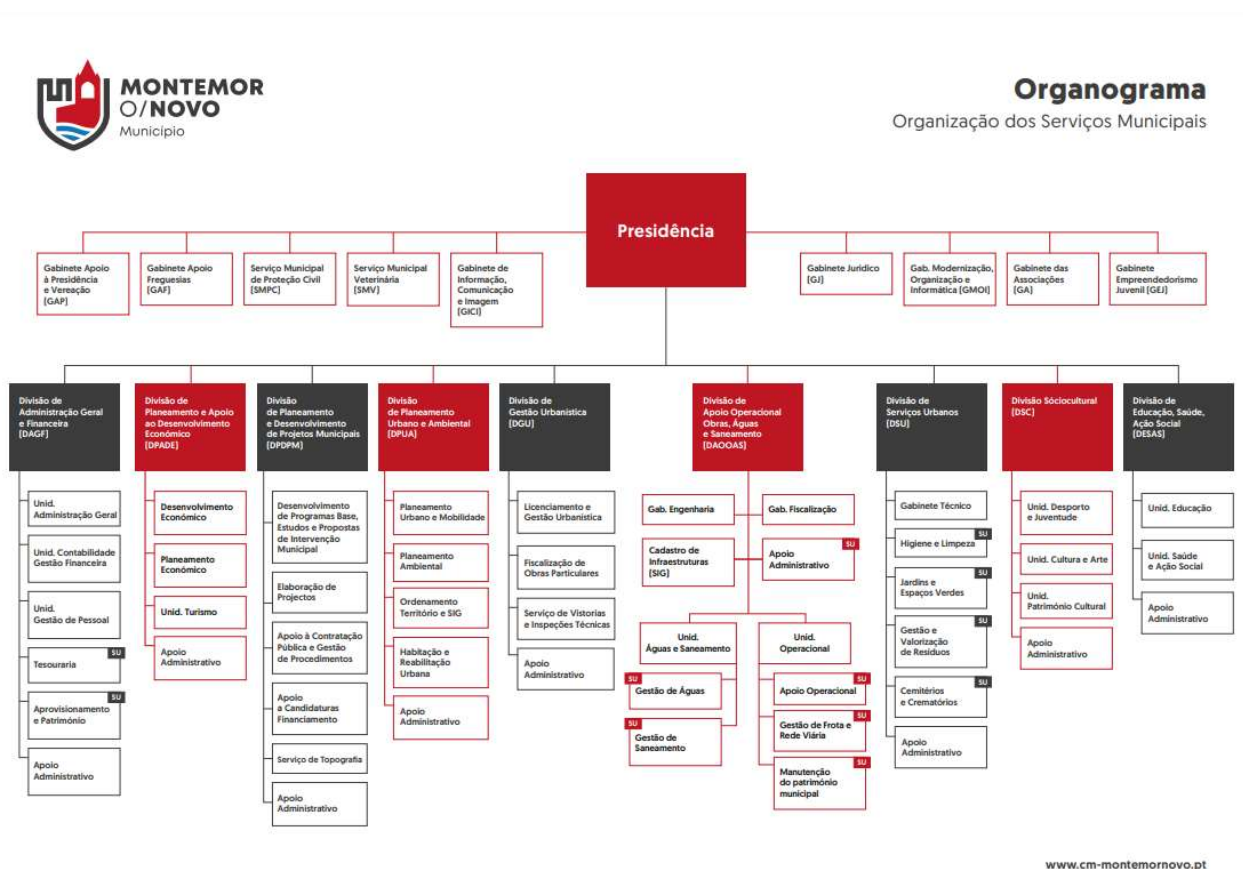
I.2 Estrutura Organizacional

A reorganização de serviços ocorrida em 2022 susteve o quadro de transferência de competências para as autarquias locais previsto na Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, previstas nas áreas da educação, e da saúde, e em 2023 na ação social, além de impulsionar os serviços municipais na sua eficiência, com benefício à desburocratização e transparência, sem deixar de considerar as regras do equilíbrio financeiro, no que se refere aos recursos humanos ao nível dos assistentes operacionais, bem como na gestão do imobilizado.

O Município mantém o interesse numa administração municipal mais eficiente e modernizada, contribuindo para a melhoria das condições de exercício e das suas atribuições, visando atingir os objetivos gerais de reforço da cultura organizacional de serviço público, democrático, aberto, transparente, de qualidade, visando o interesse público, melhorar qualitativamente a prestação de serviços aos munícipes e adequar os serviços municipais às novas responsabilidades do Município.

O organograma em vigor é o que se apresenta de seguida:

Organograma em 31 de dezembro de 2023



(in II Série do Diário da República pelo Despacho nº 7244/2022 de 06 de junho de 2022)

I.3 Recursos Humanos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 30 de novembro de 2022 e em reunião de Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2022, o mapa de pessoal para 2023.

O mesmo foi posteriormente revisto em reunião de Câmara Municipal de 06/09/2023 e em Assembleia Municipal de 15/09/2023.

No final de 2023, o número de trabalhadores ao serviço era de 497, número que representou um acréscimo de 31 trabalhadores face ao ano de 2022.

No decorrer de 2023 foram iniciados procedimentos concursais com o objetivo de contratação, por tempo indeterminado de:

9 Técnicos Superiores;

1 Técnico de Sistemas de Informação e Comunicação;

7 Assistentes Técnicos;

50 Assistentes Operacionais;

A distribuição por carreiras e/ou categorias e ainda escolaridade, é a seguinte:

		Quadro 1 - Contagem Segundo Vínculo e Género									
		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Comissão de Serviço	H		12								12
	M		12								12
	Total		24								24
CTFP por termo indeterminado	H			21	34	150		5			210
	M			41	65	139					245
	Total			62	99	289		5			455
CTFP a termo resolutivo Certo	H			2							2
	M										0
	Total			2							2
CTFP a termo resolutivo Incerto	H										0
	M					12					12
	Total					12					12
Outra	H									2	2
	M									2	2
	Total									4	4
Total	H	0	12	23	34	150	0	5	0	2	226
	M	0	12	41	65	151	0	0	0	2	271
	Total	0	24	64	99	301	0	5	0	4	497

		Quadro 2 - Contagem Segundo Escalão etário e Género									
		Dirigente Superior	Dirigente Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Menos de 20 Anos	H										0
	M										0
	Total										0
20-24	H					1		1			2
	M					3					3
	Total					4		1			5
25-29	H			1	2	2					5
	M			6		1					7
	Total			7	2	3					12
30-34	H			2		4		1		1	8
	M			1	1	8					10
	Total			3	1	12		1		1	18
35-39	H		1	2	7	4					14
	M			7	8	15					30
	Total		1	9	15	19					44
40-44	H		5	6	6	13		1		1	32
	M		2	2	14	14					32
	Total		7	8	20	27		1		1	64
45-49	H		2	7	4	31		1			45
	M		5	15	14	30				2	66
	Total		7	22	18	61		1		2	111
50-54	H		1	1	3	32		1			38
	M		4	4	4	27					39
	Total		5	5	7	59		1			77
55-59	H		1	1	6	34					42
	M		1	3	8	21					33
	Total		2	4	14	55					75
60-64	H		2	3	5	22					32
	M			3	13	25					41
	Total		2	6	18	47					73
65-69	H				1	7					8
	M				3	7					10
	Total				4	14					18
70 ou mais Anos	H										0
	M										0
	Total										0
Total	H	0	12	23	34	150	0	5	0	2	226
	M	0	12	41	65	151	0	0	0	2	271
	Total	0	24	64	99	301	0	5	0	4	497

A informação dos recursos humanos correspondentes à transferência de competências é a constante do quadro seguinte:

		MONTEMOR O/NOVO Câmara Municipal	Recursos Humanos
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS			
Previsão			
Nº Recursos Humanos em cada área			
- Educação: 86			
- Saúde: 12			
Execução			
Nº Recursos Humanos em cada área			
- Educação: 86			
- Saúde: 12			

NOTA: Os recursos que não estavam contratados por tempo indeterminado, foram sendo substituídos por trabalhadores com contrato a termo incerto ou em prestações de serviços, razão pela qual se dá a execução por completa.

Na ótica dos recursos humanos as despesas com pessoal, nas quais se incluem os respetivos encargos sociais, somaram durante o ano de 2023 8.272.483,03 euros.

	
Modelo 37 - Mapa dos recursos humanos, remunerações e outros benefícios	
MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	
Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023	
Informação Geral	
Número médio de trabalhadores	482
Total de trabalhadores no início do exercício	466
Total de trabalhadores no final do exercício	497
Fluxos de entradas e de saídas	
N.º de trabalhadores admitidos e regressados	72
N.º de trabalhadores que saíram durante o exercício	41
Remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias	
Total das remunerações base	6 085 621,40 €
Total de subsídio de férias / Natal	1 035 614,23 €
Total de subsídios de refeição	613 015,20 €
Total do abono de ajudas de custo e de transporte	10 042,01 €
Total de remunerações por trabalho suplementar e extraordinário	403 397,95 €
Total de suplementos e outras componentes remuneratórias	124 792,24 €
	8 272 483,03 €
Observações:	

II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO

II.1 Análise Orçamental

II.1.1 Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovado pelo órgão executivo em 30 de novembro de 2022 e pelo órgão deliberativo a 16 de dezembro de 2022, e apresentava valores iniciais de receita e de despesa de 26.980.000 euros.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativas ou permutativas, sendo que o aumento global da despesa prevista tem sempre lugar por alterações orçamentais modificativas (anterior revisão orçamental), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se manteve em vigor em 2023.

Ao longo de 2023 foram realizadas 38 alterações, das quais 36 alterações permutativas e 2 alterações modificativas, que conduziram a um acréscimo global do orçamento de 3.243.703,95 euros, sendo o orçamento final de 30.223.703,95 euros. A alteração permutativa com mais impacto foi a de incorporação do saldo da gerência do ano anterior, no montante de 3.843.703,95 euros.

Class	Designação	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas Líquidas	Grau de Execução Orçamental	Class	Designação	Dotações corrigidas	Despesas pagas líquidas de reposições	Grau de Execução Orçamental
R1	Receita fiscal	3 665 000,00 €	3 580 408,81 €	-0,23 97,92	D1	Despesas com o pessoal	10 594 316,00 €	10 389 302,19 €	1,05 97,01
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde				D2	Aquisição de bens e serviços	9 877 304,33 €	7 706 983,38 €	2,58 75,45
R3	Taxas, multas e outras penalidades	496 100,00 €	319 694,04 €	1,98 62,47	D3	Juros e outros encargos	33 100,00 €	24 259,97 €	73,29
R4	Rendimentos de propriedade	1 934 000,00 €	1 533 256,56 €	13,48 65,80	D4	Transferências e subsídios correntes	3 006 395,23 €	2 689 941,86 €	0,38 89,09
R5	Transferências e subsídios correntes	13 762 776,00 €	13 535 175,89 €	0,35 97,99	D5	Outras despesas correntes	374 490,94 €	281 853,42 €	3,83 71,43
R6	Venda de bens e serviços	3 072 000,00 €	2 516 478,34 €	6,42 75,50	D6	Aquisição de bens de capital	5 279 940,97 €	2 318 931,49 €	1,02 42,90
R7	Outras receitas correntes	415 500,00 €	32 443,48 €	0,73 7,08	D7	Transferências e subsídios de capital	966 041,98 €	589 654,28 €	0,91 60,13
R8	Venda de bens de investimento	120 000,00 €	98 026,00 €	81,69	D8	Outras despesas de capital	10,00 €		
R9	Transferências e subsídios de capital	2 845 381,00 €	1 930 871,80 €	1,29 66,58	D9	Despesa com ativos financeiros	10,00 €		
R10	Outras receitas de capital	20 000,00 €	9 374,08 €	46,87	D10	Despesa com passivos financeiros	92 094,50 €	88 822,33 €	96,45
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	10 490,00 €	4 005,14 €	38,18					
R12	Receita com ativos financeiros	10 000,00 €							
R13	Receita com passivos financeiros	28 753,00 €							
R14	Saldo da Gerência Anterior - Op. Orçamentais	3 843 703,95 €	3 843 703,95 €	100,00					
	Total	30 223 703,95	27 403 438,09	24,02 740,06		Total	30 223 703,95 €	24 089 748,92 €	9,78 606,78

RESUMO ORÇAMENTO 2023				SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR
	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	VARIAÇÃO	
RECEITAS	26 980 000,00 €	30 223 703,95 €	3 243 703,95 €	3 843 703,95 €
DESPESAS	26 980 000,00 €	30 223 703,95 €	3 243 703,95 €	

II.1.2 Equilíbrio Orçamental

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. De acordo com o quadro seguinte, o Município de Montemor-o-Novo cumpriu a regra do equilíbrio orçamental embora com uma redução acentuada. A receita corrente cobrada bruta acrescida da parte do saldo de gerência afeta a despesas correntes é superior à soma da despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos no valor de 434.192,54 euros.

EQUILIBRIO ORÇAMENTAL 2023	
Receita Corrente Bruta Cobrada	21 600 323,53
Saldo Gerência (a)	
Despesa Corrente Paga Liquida de Reposições	21 092 340,82
Amortização Média dos Empréstimos MLP	73 790,17
Excedente	434 192,54

a) nos termos do nº 5 do artº 40º da Lei 73/2013, concorre para o calculo do equilibrio orçamental a proporção do saldo de gerências que se destine financiar despesa corrente

II.1.3 Receita Orçamental

A receita total cobrada líquida em 2023 atingiu 27.403.438,09 euros, dos quais 21.517.457,12 euros de receitas correntes, 2.038.271,88 euros de receita de capital, e ainda 3.847.709,09 euros de outras receitas onde foi registado o saldo da gerência anterior, representando um grau de execução de 90,67%, no prosseguimento do limite imposto para o cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

Do total de 23.559.734,14 euros da receita efetiva, 23.159.846,20 euros tiveram origem em receitas próprias e cerca de 399.887,94 euros de financiamentos comunitários.

Comparativamente com o exercício de 2022 verificou-se um ligeiro acréscimo da receita em 277.427,54 euros, que corresponde apenas a mais 1,17% de crescimento.

As transferências com um peso de 56,44% no total da receita mantém a posição dominante na estrutura da receita.

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2022
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	3 644 585,25 €		199 118,70 €		227 052,21 €	4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
RI01	Operações orçamentais [1]	3 644 585,25 €		199 118,70 €			3 843 703,95 €	5 022 829,10 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria [A]					227 052,21 €	227 052,21 €	237 506,60 €
RA02	Receita corrente	21 433 394,44 €		84 062,68 €			21 517 457,12 €	20 419 696,91 €
R1	Receita fiscal	3 580 408,81 €					3 580 408,81 €	3 516 451,56 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	319 694,04 €					319 694,04 €	224 218,11 €
R4	Rendimentos de propriedade	1 533 256,56 €					1 533 256,56 €	1 115 675,18 €
R5	Transferências e subsídios correntes	13 451 113,21 €		84 062,68 €			13 535 175,89 €	13 203 865,23 €
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	2 516 478,34 €					2 516 478,34 €	2 310 884,43 €
R7	Outras receitas correntes	32 443,48 €					32 443,48 €	48 602,40 €
RA03	Receita de capital	1 722 446,62 €		315 825,26 €			2 038 271,88 €	2 857 779,68 €
R8	Venda de bens de investimento	98 026,00 €					98 026,00 €	-11 358,75 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 615 046,54 €		315 825,26 €			1 930 871,80 €	2 869 138,43 €
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital	9 374,08 €					9 374,08 €	
RA04	Receita efetiva [2]	23 159 846,20 €		399 887,94 €			23 559 734,14 €	23 282 306,60 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	4 005,14 €					4 005,14 €	4 830,01 €
RA05	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	26 804 431,45 €		599 006,64 €			27 403 438,09 €	28 305 135,70 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					106 426,60 €	106 426,60 €	140 988,27 €
DA10	Despesa primária	23 377 889,18 €		598 777,44 €			23 976 666,62 €	24 372 423,01 €
DA11	Saldo corrente	353 307,32 €		71 808,98 €			425 116,30 €	1 551 443,33 €
DA12	Saldo de capital	-599 615,41 €		-270 698,48 €			-870 313,89 €	-2 660 237,67 €
DA13	Saldo primário	-218 042,98 €		-198 889,50 €			-416 932,48 €	-1 090 116,41 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	26 804 431,45 €		599 006,64 €			27 403 438,09 €	28 305 135,70 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	23 490 971,48 €		598 777,44 €			24 089 748,92 €	24 461 431,75 €

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

II.1.4 Despesa Orçamental

Apesar da significativa disponibilidade financeira o orçamento teve uma execução na despesa de 24.089.748,92 euros o que representa uma execução 79,70% das dotações. A despesa paga decresceu 371.682,83 euros em relação ao exercício de 2022.

O total da despesa paga corresponde a 84,75% dos compromissos assumidos em 2023, sendo que a despesa corrente corresponde a 87,56% da despesa total, e à despesa de capital os restantes 12,44%.

As despesas com pessoal reforçaram-se como sendo a categoria de maior peso, cerca de 43,13% do total da despesa paga em 2023, logo seguidas das aquisições de bens e serviços com 31,99%.

O saldo de compromissos a transitar totaliza 3.514.175,62 euros e corresponde maioritariamente à rubrica D2 de aquisição de bens e serviços no montante de 1.659.814,36 euros, seguida da D7 aquisição de bens de capital com o valor de 1.441.564,85 euros, e a D4 transferências correntes com saldo de 192.263,38 euros, e ainda a D8 de transferências de capital com o valor de 164.822,94 euros. De referir que as obrigações por pagar aumentaram significativamente para 821.905,09 euros com maior relevância nas aquisições de bens e serviços correntes e capital.

DODOS - DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA																											
Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas de reposições				Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros					Obrigações para períodos futuros				
										Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total	2024			2025	2026	2027	Períodos seguintes	2024	2025	2026	2027	Períodos seguintes	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]=[7]-[18]	[16]=[8]-[14]												
DESPESA CORRENTE	302.389,88 €	23.885.606,50 €			338.540,00 €	23.547.066,50 €	23.475.653,69 €	21.567.865,86 €	21.290.725,88 €	98.385,06 €	98.385,06 €	392.087,37 €	20.700.253,45 €	21.092.340,82 €	1.907.787,83 €	475.525,04 €	2.739.744,20 €	383.899,81 €	227.819,23 €	58.594,70 €	95.621,96 €						
Despesas com o pessoal	111.560,67 €	10.594.316,00 €			29.420,89 €	10.564.895,11 €	10.544.895,11 €	10.347.442,72 €	10.391.524,15 €	2.221,96 €	2.221,96 €	111.560,42 €	10.277.741,77 €	10.389.302,19 €	20.467,39 €	155.125,53 €	73.448,59 €										
Aquisição de bens e serviços	254.954,32 €	9.877.304,33 €			222.689,85 €	9.654.614,48 €	9.611.592,18 €	7.951.777,82 €	7.796.060,16 €	89.076,78 €	89.076,78 €	254.658,10 €	7.452.325,28 €	7.706.983,38 €	1.659.814,36 €	244.794,44 €	1.962.949,56 €	177.826,92 €	46.901,58 €								
Juros e outros encargos		33.300,00 €			8.723,21 €	24.376,79 €	24.376,79 €	24.259,97 €	24.317,55 €	57,58 €	57,58 €	24.259,97 €	24.259,97 €	116,82 €		6.627,27 €	5.647,17 €	4.156,46 €	3.682,34 €	12.514,27 €							
Transferências correntes	11.514,45 €	3.006.395,23 €			47.042,78 €	2.959.352,45 €	2.991.281,94 €	2.739.018,56 €	2.689.493,96 €	3.552,10 €	3.552,10 €	11.514,45 €	2.678.427,41 €	2.689.941,86 €	192.263,38 €	49.076,70 €	648.518,07 €	200.425,72 €	76.761,19 €	54.912,36 €	83.107,69 €						
Outras despesas correntes	14.360,44 €	374.480,94 €			30.669,27 €	343.827,67 €	343.507,67 €	308.381,79 €	285.330,06 €	3.476,64 €	3.476,64 €	14.354,40 €	267.489,02 €	281.853,42 €	35.125,88 €	26.538,37 €	48.200,71 €										
DESPESA CAPITAL	62.516,57 €	6.338.097,45 €			1.175.258,64 €	5.162.838,81 €	4.950.175,94 €	3.343.788,15 €	3.002.492,31 €	5.084,21 €	5.084,21 €	62.516,57 €	2.934.881,53 €	2.997.408,10 €	1.606.387,79 €	346.380,05 €	1.149.512,61 €	259.740,89 €	315.061,16 €	275.410,60 €	1.338.484,29 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €
Aquisição de bens de capital	53.701,88 €	5.279.940,97 €			1.100.143,22 €	4.179.797,75 €	4.087.955,17 €	2.646.390,32 €	2.324.015,70 €	5.084,21 €	5.084,21 €	53.701,88 €	2.265.229,61 €	2.318.931,49 €	1.441.564,85 €	327.458,83 €	703.505,10 €										
Transferências de capital	8.814,69 €	966.041,96 €			71.823,25 €	894.218,73 €	773.386,44 €	608.575,50 €	589.654,20 €			8.814,69 €	580.859,59 €	589.654,20 €	164.822,94 €	18.921,22 €	295.944,19 €	109.677,57 €	164.997,77 €	186.946,60 €	718.536,29 €						
Ativos financeiros		10,00 €			10,00 €																						
Passivos financeiros		92.094,50 €			3.272,17 €	88.822,33 €	88.822,33 €	88.822,33 €	88.822,33 €				88.822,33 €	88.822,33 €			150.063,32 €	150.063,32 €	88.564,00 €	619.948,00 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €
Outras despesas de capital		10,00 €			10,00 €																						
TOTAL	454.936,45 €	30.223.703,95 €	0,00 €	0,00 €	1.513.798,64 €	28.709.905,31 €	28.425.829,63 €	24.911.654,01 €	24.193.218,19 €	103.469,27 €	103.469,27 €	454.033,94 €	23.635.144,98 €	24.089.748,52 €	3.514.175,62 €	821.905,09 €	3.889.256,81 €	649.640,70 €	442.880,39 €	334.005,30 €	1.434.106,25 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €	150.063,32 €

As obrigações para períodos futuros indicam o valor dos passivos financeiros.

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2022
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
DA01	Despesa corrente	21 080 087,12 €		12 253,70 €			21 092 340,82 €	18 868 253,58 €
D1	Despesas com o pessoal	10 389 302,19 €					10 389 302,19 €	8 779 329,48 €
D2	Aquisição de bens e serviços	7 694 729,68 €		12 253,70 €			7 706 983,38 €	7 227 496,45 €
D3	Juros e outros encargos	24 259,97 €					24 259,97 €	13 847,92 €
D4	Transferências e subsídios correntes	2 689 941,86 €					2 689 941,86 €	2 574 214,02 €
D5	Outras despesas correntes	281 853,42 €					281 853,42 €	273 365,71 €
DA02	Despesa de capital	2 322 062,03 €		586 523,74 €			2 908 585,77 €	5 518 017,35 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 732 407,75 €		586 523,74 €			2 318 931,49 €	4 627 517,41 €
D7	Transferências e subsídios de capital	589 654,28 €					589 654,28 €	890 499,94 €
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa efetiva [5]	23 402 149,15 €		598 777,44 €			24 000 926,59 €	24 386 270,93 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	88 822,33 €					88 822,33 €	75 160,82 €
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	88 822,33 €					88 822,33 €	75 160,82 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	23 490 971,48 €		598 777,44 €			24 089 748,92 €	24 461 431,75 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					102 110,89 €	102 110,89 €	151 442,66 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	3 313 459,97 €		229,20 €		231 367,92 €	3 545 057,09 €	4 070 756,16 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3 313 459,97 €		229,20 €			3 313 689,17 €	3 843 703,95 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					231 367,92 €	231 367,92 €	227 052,21 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	-242 302,95 €		-198 889,50 €			-441 192,45 €	-1 103 964,33 €
DA10	Despesa primária	23 377 889,18 €		598 777,44 €			23 976 666,62 €	24 372 423,01 €
DA11	Saldo corrente	353 307,32 €		71 808,98 €			425 116,30 €	1 551 443,33 €
DA12	Saldo de capital	-599 615,41 €		-270 698,48 €			-870 313,89 €	-2 660 237,67 €
DA13	Saldo primário	-218 042,98 €		-198 889,50 €			-416 932,48 €	-1 090 116,41 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	26 804 431,45 €		599 006,64 €			27 403 438,09 €	28 305 135,70 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	23 490 971,48 €		598 777,44 €			24 089 748,92 €	24 461 431,75 €

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

	2023	2022
DESPESA PRIMÁRIA / DESPESA TOTAL	99,53%	99,64%
DESPESA C/ PESSOAL / DESPESA PRIMÁRIA	43,33%	36,02%
DESPESA C/ PESSOAL / DESPESA TOTAL	43,13%	35,89%

II.1.5 Execução Plano Plurianal de Investimento e Plano de Atividades

A execução total do DPPI no exercício de 2023 foi de 10.998.446,71 euros, destacando-se, entre outros, nas Funções Gerais a continuidade do programa Municipal de Modernização Administrativa na implementação do programa “No Paper”, bem como na aquisição de equipamentos para os diversos serviços do Município.

Nas Funções Sociais, o investimento principal foi direcionado para as obras do Parque Desportivo 25 de Abril, no Cortiço e do Parque Desportivo Municipal, bem como na

aquisição de alguns equipamentos para a Piscina Coberta Municipal, bem como em equipamentos para dotar escolas como o JI nº 1 de Montemor a escola básica de Cabrela, e para o refeitório da Escola Secundária. Verificou-se a continuação de melhorias com equipamentos que auxiliem nas Grutas do Escoural, com apoios às IPSS, e por fim ainda por aquisições diversas de equipamentos para o Cine Teatro Curvo Semedo.

Nas Funções Económicas, os investimentos mais relevantes são os relacionados com a conclusão de empreitadas em curso por via das revisões de preços das mesmas.

Por fim, em Outras Funções, foi o apetrechamento através da aquisição de equipamento diversificado para instalações do Centro Juvenil que marcou de forma mais significativa o nível de execução, bem como a continuidade de atualização do *hardware* para funcionamento dos serviços, e ainda por pequenas obras nomeadamente para a estrutura do ATM no edifício dos Paços do Concelho, ou para a adaptação das instalações sanitárias na extensão de saúde da freguesia de Foros de Vale de Figueira.

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO - PPI

Objetivo	Número do projeto				Designação do projeto	Rúbrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %	
	Código	Ano	Tp	Número				R G	R P	U E	EMPR	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total			
1					Funções gerais					309 307,38 €			309 307,38 €	237 700,00 €	547 007,38	390 917,76	185 182,75	576 100,51	59,87	105,32
2					Funções sociais					2 452 269,51 €	957 365,91 €		3 409 635,42 €	14 242 382,98 €	17 652 018,40	1 891 215,88	1 494 357,51	3 385 573,39	43,83	19,18
3					Funções económicas					1 667 792,56 €	194 357,70 €		1 862 150,26 €	7 987 490,70 €	9 849 640,96	5 553 196,66	825 505,30	6 378 701,96	44,33	64,76
4					Outras funções					256 950,00 €			256 950,00 €	625 444,00 €	882 394,00	514 175,48	143 895,37	658 070,85	56,00	74,58
Total										4 686 319,45 €	1 151 723,61 €		5 838 043,06 €	23 093 017,68 €	28 931 060,74 €	8 349 505,78 €	2 648 940,93 €	10 998 446,71 €		

Relativamente à DPA, a sua execução foi na ordem de 9.457.761,62 euros, em que se destacam as “outras funções” com uma taxa de execução sobre os valores previstos de 61,60%, onde se integram os acordos de execução e contratos administrativos e ainda os protocolos de cooperação estabelecidos com as Juntas de Freguesia do concelho, com cerca de 79,06% de execução.

Nas “funções gerais” destacam-se 42,57% de execução sobre o previsto, nas “funções sociais” foram apurados 44,70% que abrange 78,15% do conjunto das transferências de competências da Educação, Saúde e Ação Social. De uma forma mais residual, as “funções económicas” apresentam uma execução de 15,64% relativamente ao previsto, relacionadas principalmente com questões da energia.

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO - PA

Objetivo	Número do projeto				Designação do projeto	Rúbrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
	Código	Ano	Tp	Número				R G	R P	U E	EMPR	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
[1]	[2]				[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[12]	[13]	[14]-[12]-[13]	[15]	[16]	[17]-[15]-[16]	[18]	[19]
1					Funções gerais				2 310 109,47 €			2 310 109,47 €	2 279 248,84 €	4 589 358,31		1 953 839,29	1 953 839,29	84,58	42,57
2					Funções sociais				4 523 815,54 €			4 523 815,54 €	4 440 779,84 €	8 964 595,38	111 536,34	3 895 759,66	4 007 296,00	86,12	44,70
3					Funções económicas				2 005 454,88 €			2 005 454,88 €	5 758 177,93 €	7 763 632,81		1 214 361,19	1 214 361,19	60,55	15,64
4					Outras funções				1 505 248,89 €			1 505 248,89 €	2 200 000,00 €	3 705 248,89	1 071 052,41	1 211 212,73	2 282 265,14	80,47	61,60
Total									10 344 628,78 €			10 344 628,78 €	14 678 206,61 €	25 022 835,39 €	1 182 588,75 €	8 275 172,87 €	9 457 761,62 €		

II.2 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados.

II.2.1 Análise ao Balanço

Em 2023, o total do ativo do Município de Montemor-o-Novo ascende a 65.345.802,34 euros, o que significa um aumento de 2.574.145,97 euros face ao ano 2022 representando cerca de (3,94%).

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		56 905 805,95 €	53 606 826,80 €
Ativos intangíveis		328 861,30 €	317 503,56 €
Participações financeiras		552 727,00 €	552 727,00 €
Clientes, contribuintes e utentes		21 404,03 €	40 827,80 €
Diferimentos		1 160 871,22 €	1 160 871,22 €
Outras contas a receber		19 899,72 €	39 799,44 €
		58 989 569,22 €	55 718 555,82 €
Ativo corrente			
Inventários		172 907,75 €	150 898,08 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		291 122,96 €	141 117,86 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		145 635,02 €	188 743,05 €
Estado		5 564,22 €	1 186,74 €
Outras contas a receber		2 134 673,17 €	2 335 135,78 €
Diferimentos		61 272,91 €	165 262,88 €
Caixa e depósitos		3 545 057,09 €	4 070 756,16 €
		6 356 233,12 €	7 053 100,55 €
Total do ativo		65 345 802,34	62 771 656,37

Os ativos fixos tangíveis representam 87,1% do total do ativo, contra 85,4% % em 2022, desta forma verificou-se um crescimento líquido de 3.298.979,15 euros.

Os ativos intangíveis registaram um aumento de 11 357,74 euros no valor escriturado, aumentando o seu peso na estrutura do ativo para 0,50%.

A participação financeira mantém o seu montante inalterável.

O ativo corrente reflete uma redução de 9,88% relativamente a 2022, com efeito particulares nas disponibilidades.

O saldo de disponibilidades tem um peso de 55,77% no ativo corrente que reflete o seu peso determinante na componente corrente do ativo.

Em 2023, o total do passivo do Município de Montemor-o-Novo ascende a 10.628.739,25 euros, sendo constituído em 36,61% por passivo não corrente e em 63,39% por passivo corrente.

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo não corrente			
Provisões		668 383,22 €	744 757,06 €
Financiamentos obtidos		423 551,76 €	510 669,59 €
Diferimentos		2 799 115,54 €	39 799,44 €
		3 891 050,52 €	1 295 226,09 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 218 056,47 €	1 355 085,03 €
Fornecedores		350 463,86 €	295 731,28 €
Estado e outros entes públicos		288 777,61 €	106 374,58 €
Financiamentos obtidos		88 822,32 €	90 526,82 €
Fornecedores de investimentos		453 257,26 €	189 195,42 €
Outras contas a pagar		2 116 364,36 €	1 976 551,45 €
Diferimentos		2 221 946,85 €	2 018 971,87 €
		6 737 688,73	6 032 436,45
Total do Passivo		10 628 739,25	7 327 662,54

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve acréscimo de 45% (mais 3.301.076,71 euros) resultante de vários fatores, nomeadamente das transferências de competências. Houve uma variação acentuada na conta de fornecedores de investimentos (mais 264.061.84 euros), ao qual se acumula o aumento dos diferimentos (mais 202.974,98 euros), inerentes a investimentos em ativos, que à data de relato se encontravam ainda em execução e que serão transferidos para o património líquido à medida que esses investimentos estejam concluídos e as condições do financiamento se encontrem satisfeitas.

Relativamente ao valor de outras contas a pagar (2.116.364 euros) dizem respeito a acréscimos de gastos que representam 3,24% desta rubrica do balanço.

Quanto aos financiamentos obtidos foi registado um ligeiro decréscimo, consequência das amortizações anuais.

As provisões constituídas para dar cobertura aos novos processos judiciais e aos que se mantêm em curso diminuíram, na sequência de algumas situações terem sido decididas.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 54.717.063,09 euros, o que traduz num decréscimo de (1,33%) relativamente ao ano anterior. A sua evolução em 2023 foi a seguinte:

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2023	31/12/2022
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital		99 506 607,49 €	99 506 607,49 €
Reservas		2 816 109,48 €	2 816 109,48 €
Resultados transitados		- 63 918 851,04 €	- 63 320 029,26 €
Outras variações no património líquido		19 525 565,02 €	17 132 727,09 €
Resultado líquido do período		- 3 212 367,86 €	- 691 420,97 €
Total do Património Líquido		54 717 063,09 €	55 443 993,83 €

II.2.2 Análise à Demonstração de Resultados

A demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

O resultado líquido de 2023 é negativo em 3.212.367,86 euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza e que se encontram fortemente influenciados pelo aumento em gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, nas imparidades correspondentes ao registo dos ativos contingentes de impostos no portal da AT pelo valor dos recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro e correspondentes às receitas fiscais dos impostos em atraso, ao que acresce a redução de outros rendimentos em cerca de 908.886,43 euros.

Demonstração de Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	4 494 042,39 €	3 680 340,13 €
Vendas	13/21	+	1 083 612,37 €	969 423,31 €
Prestações de serviços e concessões e empreendimentos conjuntos	13/21	+	3 243 147,03 €	2 767 613,56 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	13 464 359,52 €	12 664 482,79 €
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-51 575,87 €	-51 513,02 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-	-8 270 618,94 €	-7 426 908,47 €
Gastos com pessoal	22/23	-	-10 732 004,75 €	-9 297 966,37 €
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-3 110 648,24 €	-3 252 819,07 €
Prestações sociais	22/25	-	-70 821,61 €	-151 848,01 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10.	+/-	-3 571,29 €	-5 677,78 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	+/-	-410 606,64 €	141 766,64 €
Provisões (aumentos/reduções) (perdas/reversões)		+/-		
Aumentos/reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos	21	+	1 264 909,03 €	2 173 795,46 €
Outros gastos e perdas	22	-	-1 051 575,06 €	-528 871,46 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			-151 352,06 €	1 681 817,71 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização (perdas/reversões)	26	+/-	-3 052 803,57 €	-2 376 532,64 €
		+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-3 204 155,63 €	-694 714,93 €
Juros e rendimentos similares obtidos	21	+	16 092,05 €	13 719,97 €
Juros e gastos similares suportados	22	-	-24 304,28 €	-10 426,01 €
Resultado antes de impostos			-3 212 367,86 €	-691 420,97 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-3 212 367,86 €	-691 420,97 €
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				

Efetuada uma análise aos gastos de 2023, podemos verificar que o maior impacto foi registado pelo incremento de gastos com o pessoal no montante de 1.434.038,38 euros, nos fornecimentos e serviços externos de 843.710,47 euros, e ainda em outros gastos e perdas com uma amplitude de 522.703,60 euros, em parte originado pela transferência de competências efetivada em 2022.

No exercício de 2023 o CMVMC registou uma variação de pouco significativa relativamente ao exercício anterior.

Na análise aos rendimentos de 2023, embora se identifique um aumento em todas as rubricas, podemos destacar o impacto mais significativo ocorrido pelas transferências e subsídios obtidos especificamente pelas transferências do OE em 799.876,73 euros.

II.2.3 Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, nomeadamente o balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações do desempenho económico-financeiro no tempo.

De seguida apresentam-se alguns dos principais indicadores:

Indicadores de Gestão	31/12/2023	31/12/2022	Δ 2022/2023 €	Δ 2022/2023 %
Gastos	-22 649 847,34	-20 044 966,08	0,885	88,50%
Rendimentos	1 264 909,03	2 173 795,46	1,719	171,85%
Resultado Líquido do Período	-3 212 367,86	-691 420,97	0,215	21,52%
Resultados antes de Depreciações e Gastos de Financiamento (EBITDA)	-151 352,06	1 681 817,71	- 11,112	-1111,20%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	-3 204 155,63	-694 714,93	0,217	21,68%
Ativo Não Corrente	58 989 569,22	55 718 555,82	0,945	94,45%
Investimentos	57 787 394,25	54 477 057,36	0,943	94,27%
Ativo Corrente	6 356 233,12	7 053 100,55	1,110	110,96%
Ativo	65 345 802,34	62 771 656,37	0,961	96,06%
Património Líquido	54 717 063,09	55 443 993,83	1,013	101,33%
Passivo Não Corrente	3 891 050,52	1 295 226,09	0,333	33,29%
Passivo Corrente	6 737 688,73	6 032 436,45	0,895	89,53%
Financiamentos (EMLP)	423 551,76	510 669,59	1,206	120,57%
Passivo	10 628 739,25	7 327 662,54	0,689	68,94%
Inventários	172 907,75	150 898,08	0,873	87,27%
Solvabilidade (Património Líquido/Passivo)	514,80%	756,64%		
Autonomia Financeira (Património Líquido/Ativo)	83,73%	88,33%		
Liquidez Geral (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	0,94	1,17		
Liquidez Reduzida (Ativo Corrente - Inventários / Passivo Corrente)	0,92	1,14		
Liquidez Imediata (Disponibilidades / Passivo Corrente)	0,53	0,67		
Grau de Dependência do ML prazo (Passivo Não Corrente / Ativo)	5,95%	2,06%		
Grau de Cobertura do Imobilizado (Património Líquido / Investimentos)	0,95	1,02		
Endividamento ML Prazo (Empréstimos / Total Passivo)	3,98%	6,97%		
Rendimentos Património Líquido (Resultado Líquido / Património Líquido)	-5,87%	-1,25%		

No que se refere ao Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso o apuramento efetuado pela DGAL indica um regime de continuidade do município, mantendo-se o Município sem pagamento em atraso à data de 31/12/2023.

II.2.4 Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento correspondente à dívida total de operações orçamentais, por forma a anular do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total não deve ultrapassar, em 31 de dezembro, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o Município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Com base na legislação em vigor, para o ano de 2023, o valor da margem disponível passou de 20% para 40%.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2023 do Município de Montemor-o-Novo face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2023, não excede o limite de endividamento.

Nota: o quadro abaixo apenas considera a informação do endividamento da CIMAC. Não considera o impacto no endividamento de outras Entidades em que o Município participa, já que na presente data os respetivos valores relativos às suas contas não são conhecidos pelo Município.

Capacidade de Endividamento						
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	01/01/2023 31/12/2023
Receita corrente líquida cobrada:	16 264 379	17 218 229	16 816 862	17 970 852	20 419 697	21 517 457
Média nos 3 exercícios	16 766 490					
Média nos 3 exercícios		17 335 314				
Média nos 3 exercícios			18 402 470			
Média nos 3 exercícios				19 969 335		
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores	Cálculo Auxiliar para 31/12/2021		25 149 735			
	Cálculo Auxiliar para 31/12/2022		26 002 972			
	Cálculo Auxiliar para 31/12/2023		27 603 706			
	Cálculo Auxiliar para 31/12/2024		29 954 003			
TOTAL DA DÍVIDA						
Passivo		9 082 599	8 284 255	7 327 663	7 327 663	10 628 739
(-) Credores por Acréscimos de Gastos		1 458 644	1 414 560	1 734 887	1 734 887	1 857 892
(-) Rendimentos a Reconhecer		3 569 898	2 445 621	2 058 771	2 058 771	5 021 062
(-) Provisões		600 000	642 416	744 757	744 757	668 383
(-) Operações de Tesouraria		264 875	237 507	227 052	227 052	231 368
(1) TOTAL DA DÍVIDA ORÇAMENTAL		3 189 182	3 544 151	2 562 196	2 562 196	2 850 034
Contribuição das Participadas						
(2) TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES			153 607	203 460	203 460	134 280
DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)			3 697 758	2 765 656	2 765 656	2 984 314
MARGEM DE ENDIVIDAMENTO						
			21 451 977	23 237 316	24 838 050	24 619 392
			20%	20%		40%
LIMITE DE 20% DA MARGEM (40% para 2023)			4 290 395	4 647 463	9 935 220	9 847 757
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL EM 31/12/202N				7 988 154	12 700 876	12 788 339
REDUÇÃO / AUMENTO DE DÍVIDA				- 932 105		218 658

III PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apurado no exercício de 2023 ascende ao montante negativo de 3.212.367,86 euros, pelo que se propõe a sua transferência para resultados transitados.

IV – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IV.1 Balanço

O Balanço adequado aos registos do município, apresenta os seguintes valores:

Balanço em 31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		56 905 805,95 €	53 606 826,80 €
Ativos intangíveis		328 861,30 €	317 503,56 €
Participações financeiras		552 727,00 €	552 727,00 €
Clientes, contribuintes e utentes		21 404,03 €	40 827,80 €
Diferimentos		1 160 871,22 €	1 160 871,22 €
Outras contas a receber		19 899,72 €	39 799,44 €
		58 989 569,22 €	55 718 555,82 €
Ativo corrente			
Inventários		172 907,75 €	150 898,08 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		291 122,96 €	141 117,86 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		145 635,02 €	188 743,05 €
Estado		5 564,22 €	1 186,74 €
Outras contas a receber		2 134 673,17 €	2 335 135,78 €
Diferimentos		61 272,91 €	165 262,88 €
Caixa e depósitos		3 545 057,09 €	4 070 756,16 €
		6 356 233,12	7 053 100,55
Total do ativo		65 345 802,34	62 771 656,37
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital		99 506 607,49 €	99 506 607,49 €
Reservas		2 816 109,48 €	2 816 109,48 €
Resultados transitados		- 63 918 851,04 €	- 63 320 029,26 €
Outras variações no património líquido		19 525 565,02 €	17 132 727,09 €
Resultado líquido do período		- 3 212 367,86 €	- 691 420,97 €
Total do Património Líquido		54 717 063,09 €	55 443 993,83 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo não corrente			
Provisões		668 383,22 €	744 757,06 €
Financiamentos obtidos		423 551,76 €	510 669,59 €
Diferimentos		2 799 115,54 €	39 799,44 €
		3 891 050,52 €	1 295 226,09 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 218 056,47 €	1 355 085,03 €
Fornecedores		350 463,86 €	295 731,28 €
Estado e outros entes públicos		288 777,61 €	106 374,58 €
Financiamentos obtidos		88 822,32 €	90 526,82 €
Fornecedores de investimentos		453 257,26 €	189 195,42 €
Outras contas a pagar		2 116 364,36 €	1 976 551,45 €
Diferimentos		2 221 946,85 €	2 018 971,87 €
		6 737 688,73	6 032 436,45
Total do Passivo		10 628 739,25	7 327 662,54
Total do Património Líquido e Passivo		65 345 802,34	62 771 656,37

IV.2 Demonstração de Resultados por Natureza

A Demonstração de Resultados correspondente aos registos do município, apresenta os seguintes valores:

Demonstração de Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	4 494 042,39 €	3 680 340,13 €
Vendas	13/21	+	1 083 612,37 €	969 423,31 €
Prestações de serviços e concessões e empreendimentos conjuntos	13/21	+	3 243 147,03 €	2 767 613,56 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	13 464 359,52 €	12 664 482,79 €
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-51 575,87 €	-51 513,02 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-	-8 270 618,94 €	-7 426 908,47 €
Gastos com pessoal	22/23	-	-10 732 004,75 €	-9 297 966,37 €
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-3 110 648,24 €	-3 252 819,07 €
Prestações sociais	22/25	-	-70 821,61 €	-151 848,01 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10.	+/-	-3 571,29 €	-5 677,78 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	+/-	-410 606,64 €	141 766,64 €
Provisões (aumentos/reduções)		+/-		
(perdas/reversões)		+/-		
Aumentos/reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos	21	+	1 264 909,03 €	2 173 795,46 €
Outros gastos e perdas	22	-	-1 051 575,06 €	-528 871,46 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			-151 352,06 €	1 681 817,71 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização (perdas/reversões)	26	+/-	-3 052 803,57 €	-2 376 532,64 €
		+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-3 204 155,63 €	-694 714,93 €
Juros e rendimentos similares obtidos	21	+	16 092,05 €	13 719,97 €
Juros e gastos similares suportados	22	-	-24 304,28 €	-10 426,01 €
Resultado antes de impostos			-3 212 367,86 €	-691 420,97 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-3 212 367,86 €	-691 420,97 €
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				

IV.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa no final do exercício de 2023 podemos aferir que todas as componentes de atividades, as operacionais, as de investimentos e as financeiras contribuiriam de forma negativa num total de 525.699,07€ na variação de caixa e seus equivalentes.

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 940 252,09 €	3 520 245,00 €
Recebimentos de contribuintes		3 535 680,34 €	3 516 451,56 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		13 490 873,10 €	13 107 533,04 €
Recebimentos de utentes		270 964,76 €	220 982,54 €
Pagamentos a fornecedores		-7 822 675,51 €	-7 247 134,19 €
Pagamentos ao pessoal		-10 336 455,34 €	-8 745 137,11 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-3 012 442,30 €	-3 197 956,34 €
Pagamentos de prestações sociais		-143 105,00 €	-131 611,83 €
Caixa gerada pelas operações		-76 907,86 €	1 043 372,67 €
Outros recebimentos/pagamentos		-247 256,58 €	-350 838,08 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-324 164,44 €	692 534,59 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-2 114 636,67 €	-4 469 992,27 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-12 963,61 €	-65 196,15 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		157 700,81 €	22 083,97 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		295 028,79 €	1 243 183,01 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 570 326,30 €	1 463 096,08 €
Recebimentos - Dividendos		6 717,97 €	13 719,97 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-97 826,41 €	-1 793 105,39 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		9 374,08 €	
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-88 822,33 €	-75 160,82 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-24 259,97 €	-13 847,92 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-103 708,22 €	-89 008,74 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-525 699,07 €	-1 189 579,54 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		3 545 057,09 €	4 070 756,16 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
SGA De execução orçamental		3 843 703,95 €	5 022 829,10 €
SGA De operações de tesouraria		227 052,21 €	237 506,60 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		3 545 057,09 €	4 070 756,16 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		3 545 057,09 €	4 070 756,16 €
SGS De execução orçamental		3 313 689,17 €	3 843 703,95 €
SGS De operações de tesouraria		231 367,92 €	227 052,21 €

IV.4 Demonstração de Alterações ao Património Líquido

A Demonstração de Alterações ao Património Líquido de 2023 apresenta os seguintes valores:

Q 30 - Alterações no Património Líquido									
Rubricas	01/01/2023	Aumentos de património	Diminuições de património	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Reconhecimento Sub	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2023
51 - Património	99 506 607,49 €								99 506 607,49 €
55 - Reservas	2 816 109,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 816 109,48 €
- Reservas legais	1 408 054,74 €								1 408 054,74 €
- Outras reservas	1 408 054,74 €								1 408 054,74 €
- Cedências a título gratuito									0,00 €
- Transferências de outras entidades									0,00 €
56 - Resultados transitados	-63 320 029,26 €	0,00 €	0,00 €	-598 257,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-63 918 286,47 €
- Resultados transitados De períodos anteriores	-63 320 029,26 €			-598 257,21 €					-63 918 286,47 €
- Resultados transitados Regularizações									0,00 €
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP									0,00 €
- Ajustamentos de reorganização de operações									0,00 €
- Alteração de políticas contabilísticas									0,00 €
57 - Ajust. em ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
- Relacionados com o MEP									0,00 €
59 - Outras variações no património líquido	17 132 727,09 €	0,00 €	0,00 €	1 065 516,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19 525 565,02 €
- Transferências e subsídios de capital	10 413 897,41 €	0,00 €	0,00 €	1 065 516,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 479 413,86 €
- Ativos depreciables	10 413 897,41 €			1 065 516,45 €					11 479 413,86 €
- Ativos não depreciables									0,00 €
- Outras transferências, sub.capital	4 526 167,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 327 321,48 €	0,00 €	0,00 €	5 853 489,24 €
- FEF Capital	2 654 912,18 €					986 228,09 €			3 641 140,27 €
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	1 871 255,58 €					341 093,39 €			2 212 348,97 €
- Doações obtidas	2 192 661,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 192 661,92 €
- Transferências de ativos									0,00 €
81.8 - Resultados líquido do exercício	-691 420,97 €			691 420,97 €			-3 212 367,86 €		-3 212 367,86 €
TOTAL	55 443 993,83 €	0,00 €	0,00 €	1 158 680,21 €	0,00 €	1 327 321,48 €	-3 212 367,86 €	0,00 €	54 717 627,66 €

V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

V.1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

V.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: Município de Montemor-o-Novo

Endereço: Largo Paços do Concelho, 7050-127 Montemor-o-Novo

NIF: 506 609 553

V.1.2 RECURSOS HUMANOS

No final de 2023, o número de trabalhadores ao serviço era de 497, número que representou um acréscimo de 31 trabalhadores face ao ano de 2022.

V.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

As demonstrações financeiras da entidade incluem a comparabilidade entre exercícios, não tendo a entidade recorrido à IPSAS 33 por se concluir que no ano 2023 não surgiram novas situações que necessitassem de aplicação de requisitos de transição, face aos dados conhecidos até esta data.

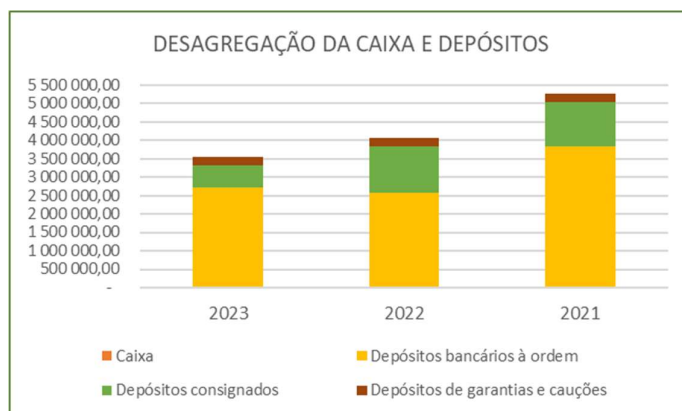
V.3 RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2023, por comparação com os períodos 2022 e 2021, apresenta-se no quadro seguinte:

Nota 11 DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

€

Conta	Designação	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
11.	Caixa	5 564,42	8 677,27 €	6 530,52 €
	Depósitos à ordem			
12.2	Depósitos bancários à ordem	2 696 578,32	2 565 593,46 €	3 823 671,07 €
	Outros depósitos			
13.2	Depósitos consignados	616 021,57	1 269 734,69 €	1 195 163,97 €
13.3	Depósitos de garantias e caucões	226 892,78	226 750,74 €	234 970,14 €
TOTAL		3 545 057,09	4 070 756,16 €	5 260 335,70 €

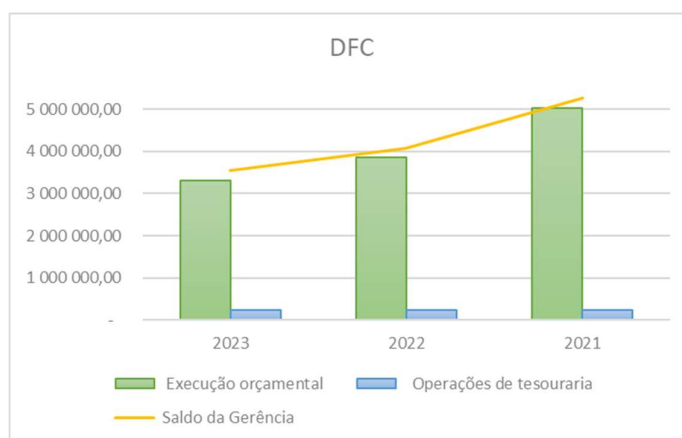


No mesmo período os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

DFC

€

Designação	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
- Execução orçamental	3 313 689,17	3 843 703,95	5 022 829,10
- Operações de tesouraria	231 367,92	227 052,21	237 506,60
Saldo da gerência	3 545 057,09	4 070 756,16 €	5 260 335,70 €



V.4 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

V.4.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Montemor-o-Novo, apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

V.4.2 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

V.4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Montemor-o-Novo benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

V.4.2.2 Propriedades de investimento

Se existentes as propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

V.4.2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador, marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

V.4.2.4 Acordos de concessão de serviços

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública nº 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

No paragrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

O Município de Montemor-o-Novo tem em vigor um contrato de concessão de serviços, com a entidade E-REDES, S.A. Os ativos correspondentes a este acordo de concessão foram reconhecidos neste exercício com a informação disponibilizada pela entidade concessionária.

Contrariamente, os ativos da AGDA ainda não foram devidamente considerados como bens de concessão e surgem enquanto ativos do domínio público.

Descrição do Acordo

O Município de Montemor-o-Novo, através de um contrato de concessão, concedeu à E-REDES S.A. (anteriormente designada EDP S.A.), a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área do Município do Montemor-o-Novo.

Esta concessão implica a transferência para a E-REDES S.A., do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

Aspetos principais do Acordo

A concessão é feita pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos número 1 do artigo 3º do Decreto-Lei número 344-B/82 de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de outubro.

A - Acordo de concessão com E-Redes

Q4 - Contratos concessão (concedente)

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição	serviço público	20	13 994 707,12€	-	-	-

A CNC emitiu uma resposta relativamente às concessões de energia elétrica em baixa, onde refere que “no pressuposto que o contrato aludido se assemelha àqueles a que temos vindo a dar respostas de enquadramento, existirão características que expressam uma relação entre a empresa concessionária e o concedente município que parecem consubstanciar um contrato regulado pela NCP 4”, a saber:

- Serviço público atribuído aos municípios;
- Preço e prestação do serviço regulado por diploma legal;
- Valor residual associado à valorização dos bens.

Estas características encontram-se aferidas em sede contratual.

Quanto ao modelo, a experiência passada desta Comissão vai no sentido destes contratos terem subjacente a cobrança de tarifas efetuada pelo concessionário diretamente aos utilizadores, o que consubstancia um modelo de atribuição de um direito, atribuído contratualmente.

Tratando-se de uma concessão, é necessário que o município detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela concessão e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos e a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis. Assim, a CNC enquadra estes contratos na NCP 4.

O Decreto-Lei n.º 15/2022 de 14 de janeiro, estabelece no n.º 3 do seu artigo 285.º que “até à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, o concessionário da rede de distribuição de eletricidade em BT remete, anualmente, ao concedente o cadastro atualizado, em formato digital aberto, discriminando:

- Ativos específicos de uma concessão, onde se incluem todos os ativos identificados como estando afetos a uma concessão específica;**
- Ativos partilhados por conjuntos de concessões, mediante a identificação dos ativos que estão a ser alvo de uma utilização partilhada e das respetivas concessões que estão a beneficiar dessa utilização.**

Nota: Os ativos em concessão foram disponibilizados pelo concessionário, e são relativos a 2022 e, embora não completos, nomeadamente por não referir a data (no mínimo o mês de entrada em funcionamento, mas apenas o ano, permitiram, ainda assim, proceder ao seu reconhecimento. De referir que o concessionário só disponibilizou os ativos referidos na alínea a) do ponto anterior. O contrato tem sido prorrogado por deliberação governamental.

Uma vez que os dados atrás referidos só foram disponibilizados em junho de 2023, terminado que está o período de transição POCAL / SNC-AP, determinado pela IPSAS 33, os ajustamentos agora reconhecidos relativos a períodos anteriores, dada a sua materialidade foram reconhecidos na conta 56.2 não gerando, porém, qualquer variação no seu valor líquido conforme quadro abaixo, discriminados movimentos [1] a [5]:

CC2		430393	
43.0.3.9.3 [1] Valor Bruto 13 994 707,12 €		43.8.0.3.9.3 [2] Dep Acumuladas 10 112 638,86 € [6] Dep Exerc 2023 341 276,38 €	
28.2.4.99.2.1 [3] Compartição [1] Valor Bruto - 3 031 513,53 € 13 994 707,12 € [5] Rendas ex. anteriores 8 018 139,01 € [8] C Prazo 248 677,19 €		#593149 Fin outros [4] DA Comparticipação [3] Compartição 2 094 499,85 € - 3 031 513,53 € [7] Espec da Comparticipação 92 599,19 €	
28.2.4.99.1.1 [9] Espec da Renda Concessão [8] C Prazo 248 677,19 € 248 677,19 €		56.2 [2] Dep Acumuladas [4] DA Comparticipação 10 112 638,86 € 2 094 499,85 € [5] Rendas ex. anteriores 8 018 139,01 €	
64.2.0.3.5.3 [6] Dep Exerc 2023 341 276,38 €		78.8.3.5.01 [7] Espec da Comparticipação 92 599,19 €	
		62.05.09.1 [9] Espec da Renda Concessão 248 677,19 €	

Os efeitos nas demonstrações financeiras do Ano N são nulos, dado que os aumentos dos gastos com depreciações dos ativos em concessão são equivalentes aos rendimentos gerados pela mesma. O reconhecimento, apenas em 2023, do contrato de concessão gerou variações nas demonstrações financeiras, ao nível do balanço.

Finalmente, em resultado do estabelecido no contrato, no seu término, ou em caso de resgate, existirá um passivo equivalente ao valor residual associado à valorização dos ativos líquidos construídos por fundos próprios do concessionário.

Para efeitos de apuramento do passivo acima identificado foi necessário que o concedente efetuasse o reconhecimento das depreciações dos ativos em linha com a vida útil dos ativos reconhecidos pelo concessionário, sendo que para alguns desses ativos a vida útil, determinada nos termos do contrato, pode ultrapassar o término do prazo do contrato.

B - Acordo de concessão com AgdA

Um conjunto de 21 municípios do Alentejo constituiu com o Estado a parceria pública-pública do sistema integrado de gestão de águas públicas do Alentejo, gerido pela empresa AGDA, transferindo, em 2010, para esta entidade a gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, na sua vertente em alta.

O contrato tem a duração de 50 anos, findos os quais termina, ou antecipadamente se os municípios evocarem o resgate. Durante o período de concessão o município de Montemor-o-Novo transferiu para a AGDA, infraestruturas, que nas contas do concessionário se encontram registadas em ativos intangíveis no valor de 1.227.697,51 € afetas ao sistema de abastecimento e 23.896,88 € de infraestruturas afetas ao sistema de saneamento (valor do ativo bruto).

O conjunto destas infraestruturas encontra-se reconhecida nas demonstrações financeiras do município respetivamente nas contas 430362/4380362 e 430352/4380352 pelos valores de ativo bruto de 1.135.741,16 €, abastecimento de água e 148,641,78 €.

A não correspondência dos valores resulta da desagregação dos ativos reconhecidos no município não apresentarem o mesmo nível de desagregação da AGDA. identificando-se no quadro abaixo estes ativos reconhecidos na AGDA. Por outro lado, considera-se que poderão existir ativos transferidos após 2017 (data de referência da AGDA) que não se encontram devidamente reconhecidos no concessionário.

Por outro lado, no mapa 5.1 (AFT) o valor destes ativos não surge individualizado na linha infraestruturas em concessão pelo facto de faltar associar cada um desses ativos ao processo de concessão.

Identificação de ativos cedidos em concessão de rendimento à AGDA Constantes na conta da concessionária

Entidade:Ativo+B3:B2118s	Designação:	Ano de construção:	(Valor a Novo - AgdA - financiamento)*depreciação aplicável (€)
AR_TROCO_COLECTOR	LAVRE - INT 1	Não conhecido	11 397,77 €
AR_TROCO_COLECTOR	LAVRE - INT 3	Não conhecido	12 063,36 €
AR_TROCO_COLECTOR	LAVRE - INT 2	1967	435,75 €
	SOMA DE ÁGUAS RESIDUAIS		23 896,88 €

Entidade:Ativo+B3:B2118s	Designação:	Ano de construção:	(Valor a Novo - AgdA - financiamento)*depreciação aplicável (€)
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	SANTIAGO DO ESCOURAL	1979	79 920,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	MONTEMOR / CASTELO / R6	1928	96 750,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	MONTEMOR / R4	1989	262 570,00 €
Águas Abastecimento (AA) - EE	AMOREIRA	1990	10 960,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	MONTEMOR / AMOREIRA - EE	1990	45 600,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / IC5 / Amoreira - Furo	1976	5 160,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Choupos - Furo	2000	5 590,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / IC6 - Furo	1976	4 740,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / IC7 - Furo	1976	4 930,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / IC12 - Furo	2000	3 210,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / IC10 - Furo	2000	4 150,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Furo da Portagem	1996	3 700,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	MONTEMOR / CASTELO / R3	1980	244 830,00 €
Águas Abastecimento (AA) - EE	MONTEMOR / R3-R6	1980	3 250,00 €
Águas Abastecimento (AA) - EE	MONTEMOR / CAVALEIROS	1980	14 720,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	MONTEMOR / CAVALEIROS - EE	1980	56 970,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Ferro da Agulha	1981	8 610,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / JFF5	1992	4 880,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / JFF4	1992	5 480,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / JFF3	1992	6 150,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / JFF2	1992	3 260,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Carvalho Franco	1992	6 690,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Cabido	1992	5 410,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Pedreirinha	1979	9 300,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Almansor	1979	10 410,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Poço Torto	1979	560,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Cavaleiros	1957	15 700,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor-o-Novo / F2	1981	4 630,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor-o-Novo / F3	1981	4 570,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor-o-Novo / F5	1982	5 030,00 €
Águas Abastecimento (AA) - ETA	SANTIAGO DO ESCOURAL / ETA 1	1979	7 850,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - RLA1	1999	7 760,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - RLA7	2005	9 975,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - FT1	1981	17 890,00 €
Águas Abastecimento (AA) - EE	SANTIAGO DO ESCOURAL - POÇO FT1	1978	560,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - RLA8	2005	8 333,00 €
Águas Abastecimento (AA) - ETA	SANTIAGO DO ESCOURAL / ETA 2	2001	6 300,00 €
Águas Abastecimento (AA) - EE	SANTIAGO DO ESCOURAL / ETA 2	2001	3 730,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	SANTIAGO DO ESCOURAL / ETA 2	1979	27 120,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - Furo Novo	2005	1 921,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - RLA2	2005	2 641,00 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC4 - Reservatório Senhora da Visitação	Não conhecido	2 006,10 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC4 - Nó do Furo IC5 Montemor	Não conhecido	2 304,30 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC3 - Reservatório Senhora da Visitação	Não conhecido	5 236,20 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC2 - Reservatório Senhora da Visitação	Não conhecido	9 315,45 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC1 - Reservatório Senhora da Visitação	Não conhecido	14 746,80 €
AA_TROCO_ADUTOR	Elevatória da Amoreira - Reservatório da Rata	1985	17 993,13 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo Choupos - Amoreira	1985	1 558,91 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC6 - Nó do Furo IC6	2000	4 530,88 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC5 / Amoreira - Elevatória da Amoreira	1976	34,34 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC7 - Nó do Furo IC6	1976	2 961,45 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo Portagem - Amoreira	1976	193,16 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC10 - Amoreira	1996	1 671,55 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC12 - Nó do Furo IC10	2000	6 372,10 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Santiago Escoural RLA1 - ETA 2	1999	3 359,73 €
AA_TROCO_ADUTOR	ETA 2 Santiago do Escoural - Captação FT1	1978	920,63 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Santiago Escoural RLA8 - Caixa Interceção	2005	3 831,36 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Santiago Escoural RLA8 - Captação RLA7	2005	3 749,49 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Santiago do Escoural FT1 - Caixa Interceção	1978	5 281,04 €
AA_TROCO_ADUTOR	Caixa Interceção Santiago do Escoural - ETA 2	Não conhecido	3 054,75 €
AA_TROCO_ADUTOR	Elevatória Santiago do Escoural - Reservatório	1944	1 215,00 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Falcão 5 - Captação Falcão 3	1982	2 284,34 €
AA_TROCO_ADUTOR	Poço Cavaleiros - Caixa Interceção 3	Não conhecido	4 355,01 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Falcão 3 - Captação Falcão 2	1981	665,78 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Falcão 2 - Poço Cavaleiros	1981	1 888,27 €
AA_TROCO_ADUTOR	Caixa Interceção 3 Montemor - Elevatória Cavaleiros	1981	323,15 €
AA_TROCO_ADUTOR	Elevatória Cavaleiros / Montemor - Reservatório R3	Não conhecido	22 443,66 €
AA_TROCO_ADUTOR	Elevatória Montemor R3 - Reservatório R6	1980	2 948,72 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Ferro Agulha - Captação JFF5	1981	1 630,73 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor JFF5 - Caixa Interceção 1	Não conhecido	28 183,50 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor JFF4 - Nó Conduta do JFF5	Não conhecido	865,73 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor JFF3 - Captação JFF2	1996	735,36 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor JFF2 - Nó Conduta do JFF5	1996	980,89 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Carvalho Franco - Nó Conduta do JFF5	1982	992,02 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Cabido - Nó Conduta do JFF5	1982	5 134,68 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Almançor - Nó Conduta do JFF5	Não conhecido	561,15 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Pereirinha - Poço Torto	Não conhecido	2 381,77 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Poço Torto - Caixa Interceção 2	Não conhecido	5 855,70 €
AA_TROCO_ADUTOR	Caixa Interceção 1 Montemor - Caixa Interceção 2	1980	1 323,20 €
AA_TROCO_ADUTOR	Caixa Interceção 2 Montemor - Caixa Interceção 3	1980	1 673,07 €
AA_TROCO_ADUTOR	Nó do Furo IC6 - Amoreira	1976	2 360,03 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC10 - Amoreira	2000	2 184,96 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC10 - Amoreira	2000	3 974,40 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo Portagem - Amoreira	1996	2 134,32 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Santiago Escoural RLA2 - Poço FT1	2005	9 670,69 €
	SOMA ABASTECIMENTO ÁGUA		1 227 697,51 €

Identificação de ativos cedidos em concessão de rendimento à AgDA Constantes na conta da do Município

MAPA ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																
CMMN					2022										Ano	
Município de Montemor-o-Novo					Conta Patrimonial		43.0.3.6.2		Sistema abastecimento água concessão				Data de Emissão		2022	
													14/04/2023			
Identificação dos Bens			Aquisição		Alterações Patrimoniais			Amortizações e Regularizações				Alienações / Abates				
Nr. Inv	Descrição	Classificador Complementar	Data	Valor	Data	Tipo	Valor	Valor Patrimonial Atualizado	Anos	Meses	Exercício	Acumuladas	Valor Patrimonial	Data	Tipo	Valor
500057	ETAR - DO CIBORRO	430352	01/01/1989	71 826,90			0,00	71 826,90			0,00	71 826,90	0,00			0,00
500063	ETAR - DE SÃO PEDRO - MONTEMOR-O-NOVO	430352	01/01/1977	76 814,88			0,00	76 814,88			0,00	76 814,88	0,00			0,00
500064	ETAR - DE VALE DE FLORES - MONTEMOR-O-NOVO	430352	01/01/1980	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00	0,00			0,00
28039	FUROS - EXECUÇÃO 3 A 9 FUROS PESQUISA EVENTUAL CAPTAÇÃO ÁGUA - ESCOURAL, SILVEIRAS E MONTEMOR	430362	25/07/2017	75 716,13			0,00	75 716,13		174	3 677,64	22 390,35	53 325,78			0,00
28334	FUROS - EXECUÇÃO 1 A 3 FUROS PESQUISA EVENTUAL CAPTAÇÃO ÁGUA - ESCOURAL	430362	30/12/2017	17 527,10			0,00	17 527,10		179	831,48	5 123,51	12 403,59			0,00
400017	FURO - DO FERRO DA AGULHA - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	2 144,83			0,00	2 144,83			0,00	2 144,83	0,00			0,00
400020	FURO - DA TORRE DA AMOREIRA - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1985	3 341,95			0,00	3 341,95			0,00	3 341,95	0,00			0,00
400023	POÇO - DA FAZENDA DA TORRINHA - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	4 938,10			0,00	4 938,10			0,00	4 938,10	0,00			0,00
400024	FURO - DA FAZENDA DO VALBOM - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	1 695,91			0,00	1 695,91			0,00	1 695,91	0,00			0,00
400025	POÇO - DA TORRE DO ALMANSOR - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	4 938,10			0,00	4 938,10			0,00	4 938,10	0,00			0,00
400026	FURO - NA COURELA DO CABIDO - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	1 197,11			0,00	1 197,11			0,00	1 197,11	0,00			0,00
400033	FURO - DO ESCOURAL	430362	01/01/1980	2 144,83			0,00	2 144,83			0,00	2 144,83	0,00			0,00
400036	POÇO - DO ESCOURAL	430362	01/01/1980	8 978,36			0,00	8 978,36			0,00	8 978,36	0,00			0,00
400051	EE - DA TORRE DA AMOREIRA - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1985	12 220,55			0,00	12 220,55			359,40	7 547,94	4 672,61			0,00
400052	ETAS - DOS CAVALEIROS - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	11 572,11			0,00	11 572,11			399,00	8 379,72	3 192,39			0,00
400053	ETAS - DOS CAVALEIROS - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	9 277,64			0,00	9 277,64			319,92	6 718,32	2 559,32			0,00
400057	EE E CLORAGEM - DO ESCOURAL	430362	01/01/1944	798,08			0,00	798,08			0,00	798,08	0,00			0,00
400073	ADUÇÃO - BISPO (ADUTORA À EE DO CASTELO) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	50 278,83			0,00	50 278,83			0,00	50 278,83	0,00			0,00
400074	ADUÇÃO - BISPO (DE JF3) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	5 237,38			0,00	5 237,38			0,00	5 237,38	0,00			0,00
400075	ADUÇÃO - BISPO (DE TCN1) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	12 569,71			0,00	12 569,71			0,00	12 569,71	0,00			0,00
400076	ADUÇÃO - BISPO (DE TCN2) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	4 189,90			0,00	4 189,90			0,00	4 189,90	0,00			0,00
400077	ADUÇÃO - BISPO (DO FURO DO PEDREIRINHA) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	14 664,66			0,00	14 664,66			0,00	14 664,66	0,00			0,00
400078	ADUÇÃO - BISPO (DO FURO DO FALCÃO TCN5) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	20 949,51			0,00	20 949,51			0,00	20 949,51	0,00			0,00
400079	ADUÇÃO - BISPO (EE DO CASTELO A CISTERNAS DO CASTELO) - MONTEMOR	430362	01/01/1980	8 978,36			0,00	8 978,36			0,00	8 978,36	0,00			0,00
400080	ADUÇÃO - BISPO (FURO DO FERRO AGULHA A EE CAVALEIROS) - MONTEMOR	430362	01/01/1980	62 848,54			0,00	62 848,54			0,00	62 848,54	0,00			0,00
400081	ADUÇÃO - VILA (ALIMENTAÇÃO A RESERVATÓRIO R4) - MONTEMOR	430362	01/01/1985	134 525,79			0,00	134 525,79			0,00	134 525,79	0,00			0,00
400082	ADUÇÃO - VILA (DO FURO TD2) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1985	6 534,25			0,00	6 534,25			0,00	6 534,25	0,00			0,00
400083	ADUÇÃO - VILA (DO FURO TD6-B) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1985	29 329,32			0,00	29 329,32			0,00	29 329,32	0,00			0,00
400084	ADUÇÃO - VILA (DO IC11) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1985	11 422,47			0,00	11 422,47			0,00	11 422,47	0,00			0,00
400087	ADUÇÃO - VILA (FURO PORTAGEM A EE T. AMOREIRA) - MONTEMOR	430362	01/01/1985	24 441,10			0,00	24 441,10			0,00	24 441,10	0,00			0,00
400088	ADUÇÃO - VILA (IC12 E IC10 À EE T. AMOREIRA) - MONTEMOR	430362	01/01/1985	62 848,54			0,00	62 848,54			0,00	62 848,54	0,00			0,00
400096	ADUÇÃO - ESCOURAL (EE A RESERVATÓRIO PRINCIPAL)	430362	01/01/1979	5 985,57			0,00	5 985,57			0,00	5 985,57	0,00			0,00
400097	ADUÇÃO - ESCOURAL (FUROS A EE) - ESCOURAL	430362	01/01/1979	33 918,26			0,00	33 918,26			0,00	33 918,26	0,00			0,00
400107	RESERVATÓRIOS - ANTIGO SEMI ENTERRADO - ESCOURAL	430362	01/01/1949	6 733,77			0,00	6 733,77			0,00	6 733,77	0,00			0,00
400109	RESERVATÓRIOS - NOVO APOIADO - ESCOURAL	430362	01/01/1944	11 222,95			0,00	11 222,95			0,00	11 222,95	0,00			0,00
400117	RESERVATÓRIOS - APOIADO - EE CAVALEIROS - MONTEMOR	430362	01/01/1980	14 963,94			0,00	14 963,94			0,00	14 963,94	0,00			0,00
400118	RESERVATÓRIOS - ENTERRADO - CISTERNA GRANDE CASTELO - MONTEMOR	430362	02/01/2002	22 695,30	#####	GR	4 300,00	26 995,30			0,00	26 995,30	0,00			0,00
400119	RESERVATÓRIOS - ENTERRADO - CISTERNA PEQUENA CASTELO - MONTEMOR	430362	02/01/2002	8 479,56			0,00	8 479,56			0,00	8 479,56	0,00			0,00
400120	RESERVATÓRIOS - APOIADO - EE TORRE AMOREIRA - MONTEMOR	430362	01/01/1985	39 554,67			0,00	39 554,67			0,00	39 554,67	0,00			0,00
400121	RESERVATÓRIOS - APOIADO - ENCOSTA DO CASTELO - MONTEMOR	430362	01/01/1980	25 438,69			0,00	25 438,69			0,00	25 438,69	0,00			0,00
400122	RESERVATÓRIOS - APOIADO - ENCOSTA DO CASTELO - MONTEMOR	430362	01/01/1980	25 438,69			0,00	25 438,69			0,00	25 438,69	0,00			0,00
400123	RESERVATÓRIOS - APOIADO - ENCOSTA DO CASTELO - MONTEMOR	430362	01/01/1980	52 373,78			0,00	52 373,78			0,00	52 373,78	0,00			0,00
400124	RESERVATÓRIOS - APOIADO - HERDADE DA RATA - MONTEMOR	430362	01/01/1985	279 326,82			0,00	279 326,82			0,00	279 326,82	0,00			0,00
TOTAL...				1 280 082,94 €			4 300,00 €	1 284 382,94 €			5 587,44 €	1 208 229,25 €	76 151,69 €			0,00 €

Ativos no âmbito do processo de transferência de competências

No âmbito do processo de transferências de competências em matéria de educação e de saúde e ação social, foram transferidos para a responsabilidade do município diversos ativos, nomeadamente o edifício da Escola EB 2,3 – S. João de Deus e respetivo equipamento, sem que o Ministério da Educação tenha comunicado ao município de Montemor-o-Novo os valores destes ativos. Consultado o Portal das Finanças não se encontrou qualquer registo destes imóveis, pelo que não foi possível reconhecer estes ativos no património do município.

Quanto à transferência do Ministério da Saúde, conforme consta do auto de transferência, identifica-se o edifício do Centro de Saúde de Montemor, o terreno, elevadores, rampa de oxigénio, bem como sistemas de climatização, e ainda 2 viaturas.

IV.4.2.5 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

V.4.2.6 Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No Município de Montemor-o-Novo não existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

V.4.2.7 Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos “Ativos não geradores de Caixa”, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos “Ativos geradores de Caixa”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

V.4.2.8 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

V.4.2.9 Instrumentos Financeiros

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

- Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

- Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

Clientes; Contas a receber; Fornecedores; Contas a pagar; Financiamentos obtidos; Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foram solicitados pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor,

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

V.4.2.10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

V.4.2.11 - Regime do Acrécimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação nos rendimentos de transações com contraprestação. O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade

normal do Município de Montemor-o-Novo, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação é processado tendo em conta o prescrito na NCP 14.

- **Vendas e prestações de serviços**

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- **Transferências e subsídios correntes obtidos**

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

V.4.2.12 - Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do Município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de

relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Município.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o Município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;

Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;

Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;

Especializações diversas.

V.4.2.13 - Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Órgão Executivo e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo as demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

V.4.2.14 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o Município atualizou as vidas úteis dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, consequentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício.

V 5 - NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 3 - Ativos Intangíveis

3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

a. Bases de mensuração

No exercício de 2023 não se verificou qualquer variação no ativo bruto dos ativos intangíveis, o que significa que não se registaram quer adições, quer diminuições.

b. As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

As vidas úteis estimativas têm por base o Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

c. Método de amortização

O método de amortização usado é o das quotas constantes em regime duodecimal. Durante o exercício de 2023 foram reconhecidas amortizações no valor de 16.641,37 euros.

d. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 o valor escriturado passou de 317.503,56 euros para 328.861,30 euros.

Seguem-se os quadros à nota 3 com a discriminação dos respetivos valores:

Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441 Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
442 Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
443 Programas de computador e sistemas de informação	631 748,74 €	600 851,97 €	0,00 €	30 896,77 €	645 311,37 €	612 347,67 €	0,00 €	32 963,70 €
444 Propriedade industrial e intelectual	16 540,43 €	0,00 €	0,00 €	16 540,43 €	65 740,43 €	0,00 €	0,00 €	65 740,43 €
446 Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
454 Ativos intangíveis em curso	270 066,36 €	0,00 €	0,00 €	270 066,36 €	230 157,17 €	0,00 €	0,00 €	230 157,17 €
TOTAL	918 355,53 €	600 851,97 €	0,00 €	317 503,56 €	941 208,97 €	612 347,67 €	0,00 €	328 861,30 €

Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	30 896,77	18 708,30	0,00	0,00	0,00	-16 641,37	0,00	32 963,70
444 Propriedade industrial e intelectual	16 540,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 540,43
446 Outros	0,00	0,00	49 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 200,00
454 Ativos intangíveis em curso	270 066,36	9 290,81	-49 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230 157,17
TOTAL	317 503,56	27 999,11	0,00	0,00	0,00	-16 641,37	0,00	328 861,30

Q 3.2A - AI - desagregação das adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	18 708,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 708,30
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	9 290,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 290,81
TOTAL	0,00	27 999,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 999,11

Q 3.2B - AI - desagregação das diminuições

Rubricas	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município detém um contrato de concessão de serviços, cujo objeto consiste na distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Montemor-o-Novo.

Pela exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade E-Redes paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente.

Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

a. Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

b. Método de depreciação

O método de depreciação utilizado é o método da linha reta.

c. As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificador complementar 2 do SNC-AP.

d. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Q 5.1 - AFT - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	725 583,43	0,00	0,00	725 583,43	725 583,43 €	- €	0,00	725 583,43
Edifícios e outras construções	1 683 143,48	1 057 304,48	0,00	625 839,00	1 683 143,48 €	1 082 704,41 €	0,00	600 439,07
Infraestruturas	86 100 645,74	70 171 867,31	0,00	15 928 778,43	86 856 596,45 €	71 265 365,16 €	0,00	15 591 231,29
Património histórico, artístico e cultural	69 759,21	0,00	0,00	69 759,21	73 759,21 €	- €	0,00	73 759,21
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	- €	- €	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	- €	- €	0,00	0,00
	88 579 131,86	71 229 171,79	0,00	17 349 960,07	89 339 082,57	72 348 069,57	0,00	16 991 013,00
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	13 994 707,12	10 453 915,32	0,00	3 540 791,80
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	13 994 707,12	10 453 915,32	0,00	3 540 791,80
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	15 323 999,54	0,00	0,00	15 323 999,54	15 316 018,77	0,00	0,00	15 316 018,77
Edifícios e outras construções	36 553 310,98	21 055 735,08	0,00	15 497 575,90	36 689 759,08	21 880 150,23	0,00	14 809 608,85
Equipamento básico	3 488 886,60	2 564 715,24	0,00	924 171,36	3 684 631,08	2 774 342,83	0,00	910 288,25
Equipamento de transporte	3 694 146,69	2 952 044,21	0,00	742 102,48	4 073 483,51	3 123 446,01	0,00	950 037,50
Equipamento administrativo	1 325 388,30	1 052 998,81	0,00	272 389,49	1 447 354,39	1 135 145,16	0,00	312 209,23
Equipamentos biológicos	19 459,65	19 459,65	0,00	0,00	19 459,65	19 459,65	0,00	0,00
Outros	1 930 202,55	1 559 208,32	0,00	370 994,23	1 992 459,21	1 628 681,10	0,00	363 778,11
Ativos fixos tangíveis em curso	3 125 633,73	0,00	0,00	3 125 633,73	3 712 060,44	0,00	0,00	3 712 060,44
	65 461 028,04	29 204 161,31	0,00	36 256 866,73	66 935 226,13	30 561 224,98	0,00	36 374 001,15
TOTAL	154 040 159,90	100 433 333,10	0,00	53 606 826,80	170 269 015,82	113 363 209,87	0,00	56 905 805,95

Os bens transferidos em concessão pela componente da energia da E-Redes, embora apenas tenham sido conhecidos no decorrer do ano, foram devidamente contabilizados e representam os valores inscritos na quantia bruta, com as respetivas depreciações acumuladas e a quantia escriturada, inscritos no quadro acima em “ativos fixos em concessão”.

Neste quadro podemos apurar que os bens afetos à concessão da AgDA não se encontram ainda registados como “ativos fixos em concessão” surgindo como ativos agregados ao total dos bens do domínio público, património histórico, artístico e cultural na componente de infraestruturas.

Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	725 583,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	725 583,43 €
Edifícios e outras construções	625 839,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-25 399,93 €	0,00 €	600 439,07 €
Infraestruturas	15 928 778,43 €	231 402,85 €	524 547,86 €	0,00 €	0,00 €	-1 093 497,85 €	0,00 €	15 591 231,29 €
Património histórico, artístico e cultural	69 759,21 €	4 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	73 759,21 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	17 349 960,07 €	235 402,85 €	524 547,86 €	0,00 €	0,00 €	-1 118 897,78 €	0,00 €	16 991 013,00 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	13 994 707,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-10 453 915,32 €	0,00 €	3 540 791,80 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	13 994 707,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-10 453 915,32 €	0,00 €	3 540 791,80 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	15 323 999,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 980,77 €	15 316 018,77 €
Edifícios e outras construções	15 497 575,90 €	58 375,16 €	131 444,31 €	0,00 €	0,00 €	-877 786,52 €	0,00 €	14 809 608,85 €
Equipamento básico	924 171,36 €	173 146,56 €	43 019,00 €	0,00 €	0,00 €	-230 048,67 €	0,00 €	910 288,25 €
Equipamento de transporte	742 102,48 €	506 622,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-298 687,88 €	0,00 €	950 037,50 €
Equipamento administrativo	272 389,49 €	136 754,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-96 934,31 €	0,00 €	312 209,23 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	370 994,23 €	65 384,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-72 600,41 €	0,00 €	363 778,11 €
Ativos fixos tangíveis em curso	3 125 633,73 €	1 285 437,88 €	-699 011,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 712 060,44 €
	36 256 866,73 €	2 225 720,84 €	-524 547,86 €	0,00 €	0,00 €	-1 576 057,79 €	-7 980,77 €	36 374 001,15 €
TOTAL	53 606 826,80 €	16 455 830,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-13 148 870,89 €	-7 980,77 €	56 905 805,95 €

Q 5.2A - AFT - desagregação das adições

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções											0,00
Infraestruturas		231 402,85									231 402,85
Património histórico, artístico e cultural		4 000,00									4 000,00
Outros											0,00
Bens de domínio público em curso		0,00 €									0,00
	0,00	235 402,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235 402,85
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções											0,00
Infraestruturas										13 994 707,12	13 994 707,12
Património histórico, artístico e cultural											0,00
Ativos fixos em concessão em curso											0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 994 707,12	13 994 707,12
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											58 375,16
Edifícios e outras construções		58 375,16									173 146,56
Equipamento básico		173 146,56									506 622,90
Equipamento de transporte		506 622,90									136 754,05
Equipamento administrativo		136 754,05									0,00
Equipamentos biológicos											65 384,29
Outros		65 384,29									1 285 437,88
Ativos fixos tangíveis em curso		1 285 437,88									
	0,00	2 225 720,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 225 720,84
TOTAL	0,00	2 461 123,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 994 707,12	16 455 830,81

Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-7 980,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 980,77
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-7 980,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 980,77
TOTAL	-7 980,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 980,77

Q 5.6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO

Conta	Designação	Valor
4301	Terrenos	
4302	Edifícios e outras construções	272 343,64 €
4303	Infraestruturas do domínio público	44 822 352,62 €
432	Edifícios e outras construções	6 140 594,06 €
433	Equipamento básico	1 882 757,42 €
434	Equipamento de transporte	1 492 356,55 €
435	Equipamento administrativo	744 206,44 €
436	Equipamento biológico	19 459,65 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	1 267 184,73 €
	TOTAL	56 641 255,11 €

Q 5.6 - ATIVOS INTANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO

Conta	Designação	Valor
44.3	Programas de computador e sistemas de info	562 358,28 €
44.4	Propriedade industrial e intelectual	
	TOTAL	562 358,28 €

O valor total escriturado dos bens totalmente depreciados ainda em uso foi de 57.203.613,39 euros. Trata-se predominantemente de infraestruturas e de equipamento básico.

Nota 6 – Locações

6.1 – Locações financeiras – Locatário

O Município não detém locações financeiras como locatário.

6.2 – Locações operacionais – Locatário

Q 6.2 - Locações operacional - Locatário

Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Período		Acumulado		
		Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	
Equipamento multifunções	424 461,41 €	89 818,16 €		267 934,46 €		156 526,95 €		156 526,95 €		

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

a. Política contabilística

O Município reconhece os custos de empréstimos obtidos como gastos do período e que são suportados.

b. Custo de empréstimo obtidos

No final do exercício de 2023 o município tinha 2 empréstimos contratados, enquadrados no artigo 51º do REFALEI, destinados a financiar investimentos.

De acordo com o quadro dos respetivos contratos o município irá liquidar esses empréstimos até ao final de 2035, num quadro de encargos plurianuais relativos a amortizações conforme quadros seguintes:

Financiamentos	31-12-2023			31-12-2022			31-12-2021		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos financiamento	88 822,32 €	177 554,36 €	266 376,68 €	90 526,82 €	510 669,59 €	601 196,41 €	61 499,32 €	614 857,91 €	676 357,23 €
- CGD	88 822,32 €	177 554,36 €	266 376,68 €	90 526,82 €	510 669,59 €	601 196,41 €	61 499,32 €	614 857,91 €	676 357,23 €
TOTAL	88 822,32 €	177 554,36 €	266 376,68 €	90 526,82 €	510 669,59 €	601 196,41 €	61 499,32 €	614 857,91 €	676 357,23 €

ANOS	CGD
2024	88 822,35
2025	88 822,36
2026	88 822,31
2027	27 323,00
2028	27 323,00
2029	27 323,00
2030	27 323,00
2031	27 323,00
2032	27 323,00
2033	27 323,00
2034	27 323,00
2035	27 323,06
Totais	512 374,08

Segue-se o mapa de empréstimos:

Mapa de empréstimos

Município de Montemor-o-Novo																												
Período de relato: 01/01/2023 a 31/12/2023																												
Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do IC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados									Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal ID 003296	
	Número do contrato	Nome da instituição				Número de registo	Data do empréstimo		Contratado ID 895	Utilizado	Amortizações do capital			Juros			Outros encargos			Capital ID 003289	Juros ID 003290	Outros encargos ID 003291	Em 01/01 ID 003292	Em 31/12 ID 003293	Empréstimos contratados até 31/12/2023	Empréstimos contratados após 01/01/2024		
											Até N	Ano N	Provisões após N	Até N	Ano N	Provisões após N	Até N	Ano N	Provisões após N									
Médio e Longo Prazo - Não Isentos	00008222291	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	2015-07-17	10	6	1800/15	2015-02-19	CONSTRUÇÃO OPERATIVA DA CRIANÇA E PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA OS SERVIÇOS	125107,7	49194,63	24596,44	61499,33	184488,86	24895,84	10208,08	1374,95	0	0	0	0	0	0	307496,67	24999134	0	49194,63	LEI Nº73/2010 DE 03 DE SETEMBRO	
	00400451091	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	2015-11-26	15	2	3986/19		REABILITAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR	1815614	368860,56	136615	27323	327876,06	2690,78	13703,75	24632,22	9989172	0	0	0	0	0	368860,56	341637,56	0	368860,56	LEI Nº73/2010 DE 03 DE SETEMBRO	
Total ...									24466217	860855,19	259657,94	88822,33	52374,92	27586,62	2391183	38007,17	9989172	0	0	0	0	439,11	0	676387,23	587534,9	0	860855,19	

Nota 9 - Imparidade de ativos

Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

		31/12/2023			
Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Depreciações Acumuladas	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	291 122,96 €	- €		291 122,96 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	12 613,75 €	12 613,75 €		- €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	770 689,80 €	603 650,75 €		167 039,05 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	2 356 379,13 €	261 505,40 €		2 094 873,73 €
Mercadorias	Gerador de caixa	- €	- €		- €
Matérias-primas, subsidiárias e de caixa	Não gerador de caixa	245 450,91 €	72 543,16 €		172 907,75 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	552 727,00 €			552 727,00 €
Propriedades de investimento	Gerador de caixa	- €			
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	170 269 015,82 €		113 363 209,87 €	56 905 805,95 €
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	941 208,97 €		612 347,67 €	328 861,30 €

Nota 10 - Inventários

a. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo município é o Custo Médio Ponderado.

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2023 é a seguinte:

b. Quantia bruta e líquida do período

Q10.1 - Inventários

Rubricas	31/12/2023			31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias primas, subsidiárias e de	243 117,75 €	72 398,98 €	170 718,77 €	223 297,06 €	72 298,98 €	150 998,08 €	189 522,38 €	66 721,20 €	122 801,18 €
Matérias-primas	17 569,73 €	0,00 €	17 569,73 €	18 953,16 €	0,00 €	18 953,16 €	17 846,29 €	0,00 €	17 846,29 €
Matérias subsidiárias	16 790,22 €	0,00 €	16 790,22 €	15 878,69 €	0,00 €	15 878,69 €	15 332,65 €	0,00 €	15 332,65 €
Peças e outros materiais de manutenção	10 726,05 €	0,00 €	10 726,05 €	10 436,01 €	0,00 €	10 436,01 €	10 063,87 €	0,00 €	10 063,87 €
0	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros materiais diversos de consumo	198 031,75 €	0,00 €	198 031,75 €	178 029,20 €	0,00 €	178 029,20 €	146 279,57 €	0,00 €	146 279,57 €
TOTAL	243 117,75	72 398,98	170 718,77	223 297,06	72 298,98	150 998,08	189 522,38	66 721,20	122 801,18

Q10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras liquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00						0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	150 898,08	73 729,72	51 575,87		144,18				172 907,75
TOTAL	150 898,08	73 729,72	51 575,87	0,00	144,18	0,00	0,00	0,00	172 907,75

Durante o exercício registou-se um ligeiro decréscimo na quantia recuperável nos inventários no valor de 22.009,67 euros, comparativamente com o ano transato.

INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

	2023			2022			2021		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	0,00	223 297,06	223 297,06	0,00	189 522,38	189 522,38	0,00	196 982,40	196 982,40
Compras	0,00	1 186,56	1 186,56	0,00	85 287,70	85 287,70	0,00	39 219,39	39 219,39
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 008,71	2 008,71
Existências finais	0,00	172 907,75	172 907,75	0,00	223 297,06	223 297,06	0,00	189 522,38	189 522,38
CMVMC	0,00	51 575,87	51 513,02	0,00	51 513,02	51 513,02	0,00	48 688,12	48 688,12

O quadro acima evidencia o detalhe o CMVMC, verificando-se um ténue aumento no respetivo custo.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

a. Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

b. A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período é a seguinte

Q13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

	31/12/2023	31/12/2022
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	3 243 147,03	2 706 985,51
Venda de bens	1 083 612,37	969 423,31
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos ou distribuições similares	6 717,97	13 719,97
Rendas em propriedades de investimento	134 789,55	127 302,78
TOTAL	4 468 266,92	3 817 431,57

Os rendimentos de transações com contraprestações representam apenas 1,4% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação**a. Políticas contabilísticas e métodos adotados**

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 28.2.2.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

Q14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2023					31/12/2022				
	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período		Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	2 451 192,06 €		- €	- €		1 987 685,39		0,00	0,00	
Impostos indiretos	1 721 493,25 €		25,00 €	25,00 €		1 480 134,38		1 731,82	25,00	
Contribuições pra sistemas de proteção social e subsistemas de saúde										
Taxas	305 199,46 €		1 109,83 €	81,00 €		201 165,01		45 604,83	1 109,83	
Multas e outras penalidades	16 157,62 €		- €	- €		11 355,35				
Transferências sem condição	13 464 359,52 €	5 853 489,24 €	- €	- €		12 664 482,79	5 493 614,12			
Subsídios com condição	- €	- €	- €	- €		0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios sem condição										
Subsídios com condição										
Legados, ofertas e doações		2 192 661,92 €					2 181 004,92			
Outros	- €									
TOTAL	17 958 401,91 €	10 326 035,10 €	142 252,69 €	291 229,00 €	0,00	16 344 822,92	9 098 147,77	707 952,61	142 252,69	0,00

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi considerada adequada a provisão para os processos judiciais em curso.

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No Município de Montemor-o-Novo as provisões estão relacionadas com os processos judiciais em curso, de acordo com o mapa seguinte:

Q15.1 - Provisões

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Provisões										
Processos judiciais em curso	744 757,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76 373,84	0,00	76 373,84	668 383,22
TOTAL	744 757,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76 373,84	0,00	76 373,84	668 383,22

PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, em que foram mantidas as respetivas provisões e constituídas novas, pelos valores adequados à política contabilística adotada, nomeadamente considerando 20% do risco identificado. Relativamente aos processos onde se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Q15.2 - Passivos Contingentes				
N.º	Entidade	Processo	Valor da Ação	Observações
411/16.T9EVR	Comarca de Évora - Juízo Central Cível e Criminal de Évora - J1	Custódio Manuel Pinto Quintal	261 505,40	Fase e execução da Sentença
Proc. n.º 467/08.9BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Construções Aquino e Rodrigues, S.A.	26 681,28	Ação Administrativa Comum – Forma Ordinária
Proc. n.º 346/08.0BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	João Batista de Carvalho Reis Malta	971 975,00	Ação Administrativa Comum – Forma Ordinária
Proc. n.º 251/13.8BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Maria Teresa Mira de Almeida Faria de Sousa Mendes	302 057,09	Ação Administrativa Comum – Forma Ordinária
Proc. n.º 445/13.6BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A.	169 752,00	Ação Administrativa
Proc. n.º 568/18.5BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Ministério Público	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 547/18.2BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	IMATLÁNTICO – Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, Ldª	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 642/16.2BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Iceblock, Sociedade de Construções, S.A.	0,00	Ação Administrativa Comum - O Município foi absolvido
Proc. n.º 333/17.7BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ldª	34 560,77	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 300/13.0BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A.	1 302 406,31	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 424/18.7BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 102/21.5BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local	30.000,010 €	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 408/122.0BEBJA	Tribunal Administrativo de Beja	Constradas - Estradas e Construção Civil, SA	280 483,62	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 358/22.0BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Augusto Francisco Rebotim Pascoal e Ulf Herbert Ding	164 000,00	Ação Administrativa Comum
			3 603 421,50	

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos.

Nos termos do previsto no art.º 17º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho, a Autoridade Tributária e Aduaneira divulgou no seu portal do valor dos recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro, correspondentes às receitas fiscais dos impostos em atraso

Tendo em conta o referido, foram identificados os registos do quadro abaixo:

Ano	Imposto	Nº Nota Cobrança	Pagamentos/Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2023	IMI	2022-110284593	29 779,94 €
2023	IMI	2022-123535393	18 845,27 €
2023	IMI	Valores Agregados **	206 022,37 €
2023	IMT	2022-009494033	2 218,77 €
2023	IMT	Valores Agregados **	22 877,76 €
2023	IUC	Valores Agregados **	144 879,56 €
Total			424 623,67 €

	2023	2022
IMI	254 647,58 €	206 817,12 €
IMT	25 096,53 €	29 051,05 €
IUC	144 879,56 €	121 269,32 €
TOTAL	424 623,67 €	357 137,49 €
Δ 2023-2022	67 486,18 €	

Nota 18 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31/12/2023			31/12/2022		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.						
		1431.						
		41. Se MEP						
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Subtotais						
		Devedores p/ transf. sub. emp. bonif.						
		201. - Dev. por transf. e sub. não reemb.	291 122,96	-	291 122,96	141 117,86		141 117,86
		203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	12 613,75	12 613,75	-	12 613,75	12 613,75	-
		Clientes, contribuintes e utentes			-	-		-
		211 - Clientes c/c	166 309,71		166 309,71	202 864,07		202 864,07
		213 - Contribuintes	648,34		648,34	41,44		41,44
		214 - Utentes	81,00		81,00	1 109,83		1 109,83
		215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	603 650,75	603 650,75	-	138 925,78	113 370,27	25 555,51
		Outros ativos			-	-		-
		23802 + 23822 - Pessoal	-		-	-		-
		24 - Estado e out. ent. públicos	5 564,22		5 564,22	1 186,74		1 186,74
		270 - Dev. por Contratos de cedência	39 799,44		39 799,44	19 899,72		19 899,72
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	2 039 086,77		2 039 086,77	1 994 824,33		1 994 824,33
		228+2713 - Adiantamentos a fornecedores	-		-	-		-
		2772 ; 27891 - Devedores diversos (-) 2791 Perdas p/ imparidades; 27811	317 292,36	261 505,40	55 786,96	585 217,13	264 805,40	320 411,73
		11.+12.+13. - Outros ativos financeiros	3 545 057,09		3 545 057,09	4 070 756,16		4 070 756,16
		41 Participações financeiras	552 727,00		552 727,00	552 727,00		552 727,00
		Subtotais	7 573 953,39	877 769,90	6 696 183,49	7 721 283,81	390 789,42	7 330 494,39
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo							-
		...						-
		Subtotais						-
	Totais		7 573 953,39	877 769,90	6 696 183,49	7 721 283,81	390 789,42	7 330 494,39

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nas disponibilidades de caixa e seus equivalentes.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Participações financeiras – Outras contas a receber

Outras contas a receber	31/12/2023	31/12/2022
Ativo corrente		
Devedores por contratos de cedência	39 799,44	59 699,16
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	2 039 086,77	1 994 824,33
- Devedores por acréscimos de rendimentos	2 039 086,77	1 994 824,33
- Juros a receber e outros rendimentos financeiros	0,00	0,00
- Outros acréscimos de rendimentos	179 738,05	253 611,18
- Impostos e taxas imputados ao período	1 350 000,00	1 317 000,00
Outros devedores	55 786,96	320 411,73
Devedores por alienação de ativos fixos	0,00	0,00
Outros devedores	55 786,96	320 411,73
Cauções - Entregues a terceiros		0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
- Devedores por empréstimos não bonificados	0,00	0,00
Totais	2 134 673,17	2 374 935,22

Do quadro conclui-se que o valor se concentra na especialização do IMI a receber em 2024 e que reporta o exercício de 2023.

Participações financeiras - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos:

Participações Financeiras					
	31/12/2023	Aumento	Redução	31/12/2022	31/12/2021
Participações sociais					
Fundo de Apoio Municipal	552 727,00			552 727,00	552 727,00
Outras participações de capital	0,00			0,00	0,00
TOTAIS	552 727,00	0,00	0,00	552 727,00	552 727,00

PASSIVOS FINANCEIROS

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31/12/2023			31/12/2022		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	1 218 056,47		1 218 056,47	1 355 085,03		1 355 085,03
		204 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	-		-	-		-
		218 - Adiantamento de clientes	-		-	-		-
		22 Fornecedores	350 463,86		350 463,86	295 731,28		295 731,28
		Outros passivos						
		23 - Pessoal	-		-	-		-
		24 - Estado e out.ent.públicos	288 777,61		288 777,61	106 374,58		106 374,58
		271 - Fornecedores de investimentos	453 257,26		453 257,26	189 195,42		189 195,42
		2722 - Cred. por acréscimos	1 857 891,62		1 857 891,62	1 734 887,46		1 734 887,46
		276.+277.+2785.27892 - Credores diversos	231 207,86		231 207,86	241 663,99		241 663,99
		- Rendimentos a reconhecer			-			-
		25 Financiamentos obtidos	512 374,08		512 374,08	601 196,41		601 196,41
		Subtotais	4 912 028,76		4 912 028,76	4 524 134,17		4 524 134,17
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...			-			-
		...			-			-
		Subtotais			-			-
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos	...			-			-
		...			-			-
		Subtotais			-			-
	Totais		4 912 028,76		4 912 028,76	4 524 134,17		4 524 134,17

O valor detalhado do passivo financeiro é convergente com os valores contantes no balanço.

Do passivo financeiro 10,43% correspondem a financiamentos obtidos e 37,82% correspondem a credores por acréscimos de gastos.

A dívida a fornecedores resulta da atividade normal do Município enquanto as dívidas correntes a fornecedores de investimentos respeitam as dívidas de investimento, assumindo, no conjunto um peso de 16,36% no passivo financeiro.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Passivo não corrente		
- Cauções	231 207,86 €	226 750,74 €
Cauções	231 207,86 €	226 750,74 €
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos	1 857 891,62 €	1 734 887,46 €
- Remunerações a Liquidar	1 405 344,98 €	1 299 298,47 €
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	439,11 €	394,80 €
- Outros acréscimos de gastos	452 107,53 €	435 194,19 €
- Outros devedores e credores por transferências e subsídios	- €	- €
- Credores por subscrições não liberadas	- €	- €
- Outros credores	27 264,88 €	14 913,25 €
- Outros credores	27 264,88 €	14 913,25 €
Totais	2 116 364,36 €	1 976 551,45 €

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

O Município de Montemor-o-Novo não detém participações em entidades que controla, não sendo, por isso aplicável.

Na sequência do atrás referido não é igualmente aplicável a divulgação das transações entre entidades relacionadas.

Outras divulgações

Nota 23 - Alterações no património líquido

Q 30 - Alterações no Património Líquido									
Rubricas	01/01/2023	Aumentos de património	Diminuições de património	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Reconhecimento Sub	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2023
51 - Património	99 506 607,49 €								99 506 607,49 €
55 - Reservas	2 816 109,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 816 109,48 €
- Reservas legais	1 408 054,74 €								1 408 054,74 €
- Outras reservas	1 408 054,74 €								1 408 054,74 €
- Cedências a título gratuito									0,00 €
- Transferências de outras entidades									0,00 €
56 - Resultados transitados	-63 320 029,26 €	0,00 €	0,00 €	-598 257,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-63 918 286,47 €
- Resultados transitados De períodos anteriores	-63 320 029,26 €			-598 257,21 €					-63 918 286,47 €
- Resultados transitados Regularizações									0,00 €
- Ajustamentos de transição POICAL/SNC-AP									0,00 €
- Ajustamentos de reorganização de operações									0,00 €
- Alteração de políticas contabilísticas									0,00 €
57 - Ajust. em ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
- Relacionados com o MEP									0,00 €
59 - Outras variações no património líquido	17 132 727,09 €	0,00 €	0,00 €	1 065 516,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19 525 565,02 €
- Transferências e subsídios de capital	10 413 897,41 €	0,00 €	0,00 €	1 065 516,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 479 413,86 €
- Ativos depreciables	10 413 897,41 €			1 065 516,45 €					11 479 413,86 €
- Ativos não depreciables									0,00 €
- Outras transferências, sub. capital	4 526 167,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 327 321,48 €	0,00 €	0,00 €	5 853 489,24 €
- FEF Capital	2 654 912,18 €					986 228,09 €			3 641 140,27 €
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	1 871 255,58 €					341 093,39 €			2 212 348,97 €
- Doações obtidas	2 192 661,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 192 661,92 €
- Transferências de ativos									0,00 €
81.8 - Resultados líquido do exercício	-691 420,97 €			691 420,97 €			-3 212 367,86 €		-3 212 367,86 €
TOTAL	55 443 993,83 €	0,00 €	0,00 €	1 158 680,21 €	0,00 €	1 327 321,48 €	-3 212 367,86 €	0,00 €	54 717 627,66 €

As variações no património líquido no exercício de 2023, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2022 para resultados transitados (-691.420,97 euros);
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2023 no montante **-3.212.367,86** euros;
3. Reforço de financiamentos cujas condições foram cumpridas e reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes;
4. Transferências de Capital (FEF e Artigo 35º) no âmbito da lei nº 73/2012, no total de 1.327.321,48 euros, valor sobre o qual foi efetuada a devida atribuição a investimentos.

ALTERAÇÕES OCORRIDAS AO NÍVEL DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

CONTA	Descrição	01/01/2023	Aumentos/ Pedidos de Pagamento	Reposições / Correções VU	Transferência	Especialização	Diminuições	31/12/2023
2822	Transf.sub.p/aquis.ativos deprec. c/ Condições em exec	1 998 365,16	198 680,36	0,00	0,00		0,01	2 197 045,51
	CP - FUNDO SALVAGUARDA - Castelo	1 624 771,57						1 624 771,57
	Outros	44 720,24						44 720,24
	SECTORIZAÇÃO E MACROMEDIAÇÃO SISTEMAS ABASTECIMENTO ÁGUA MMN							0,00
	FEDER - CENTROS DE ACOLHIMENTO TURÍSTICO INTERPRETATIVOS DE ÉVORA E ALENTEJO CENTRAL	69 598,09						69 598,09
	FEDER - PEDU - REQ ESP PÚB AMB URB RTEÓFILO BRAGA E LAGS E PRAÇ CENTRO HISTÓRICO		140 401,70					140 401,70
	FEDER - REQUALIFICAÇÃO EB1 MMN E REFEITÓRIO ESCOLAR	208 697,44						208 697,44
	FEDER - REQUALIFICAÇÃO JI Nº1 DE MMN	45 466,08	58 278,66				0,01	103 744,73
	FEDER - ALENTEJO EM CENA	5 111,74						5 111,74

593	Transf.sub.p/aquis.ativos deprec.	14 940 065,17	3 026 905,11	0,00	0,00	634 067,12	0,06	17 332 903,10
	Outros	934 091,41	48 463,55			51 659,75		930 895,21
	Associações Municípios	28 079,53						28 079,53
	Centro Escolar Montemor-o-Novo	1 094 534,00	22 874,42			20 674,61		1 096 733,81
	Centro de Acolhimento de Micro-Empresas	445 615,70	0,07					445 615,77
	Requalificação Urbana da Área Rossio em Montemor-o-Novo	582 092,30						582 092,30
	Remod de Arruam e Infraestruturas - Largo Banha de Andrade	89 679,43	0,03					89 679,46
	Remodelação da Rua da Janelinha	474 327,43					0,01	474 327,42
	Remod de Acesso ao castelo - Rua Condessa de Valença	245 406,86						245 406,86
	Acesso Pedonal - Rua do Quebra costas	117 417,30	0,02					117 417,32
	OUTROS PROGRAMAS - SUBSTITUIÇÃO VEÍCULOS DE SERVIÇOS URBANOS POR VEÍCULOS ELÉTRICOS	28 757,37						28 757,37
	PISTA DE ATLETISMO	276 369,57				22 323,90		254 045,67
	ILUMINAÇÃO DO CASTELO	8 849,04						8 849,04
	BENEFICIAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ALMEIDA FARIA	56 712,59	12 998,60			741,60		68 969,59
	FEDER - PEDU - Rua de Avis e outras	812 622,16						812 622,16
	FEDER - PEDU - REABILITAÇÃO MERCADO MUNICIPAL	682 678,11						682 678,11
	FEDER - PEDU - REMODELAÇÃO ENVOLVENTE MERCADO MUNICIPAL TROÇO SUDESTE R.COMANDANTE FRAGOSO	278 689,60						278 689,60
	FEDER - CENTROS DE ACOLHIMENTO TURÍSTICO INTERPRETATIVOS DE ÉVORA E ALENTEJO CENTRAL	36 175,31						36 175,31
	Modernização Administrativa - AC@2020	0,00	6 696,81					6 696,81
	SECTORIZAÇÃO E MACROMEDIAÇÃO SISTEMAS ABASTECIMENTO ÁGUA	183 678,88	23 495,12			21 139,16		186 034,84
	IMPLEM PERCUS LIV OBSTÁC	388 795,18	320 487,55			29 248,08		680 034,65
	REQUALIF. DO ESP. R TEÓFILO BRAGA LARGOS E PRAÇAS DO C HISTÓRICO	1 101 243,72	5 125,25			61 503,00		1 044 865,97
	FEDER antigo	1 422 683,66	36 959,40			38 502,02		1 421 141,04
	Outras	309 709,59						309 709,59
	Outros	0,00	844 414,49					844 414,49
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2 654 912,18	1 212 451,31			226 223,22		3 641 140,27
	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	1 871 255,58	492 010,61			150 917,22		2 212 348,97

Nota 24 - Diferimentos

DIFERIMENTOS ATIVOS

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2023, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2023	31/12/2022
Gastos a reconhecer		
Transferências e subsídios concedidos com condições	1 160 871,22	1 270 985,58
Peças, ferramentas e utensílios	0,00	0,00
Vestuário e artigos pessoais	22 118,35	22 508,58
Material de escritório	17 157,57	10 664,42
Artigos de Higiene e Limpeza	18 500,52	19 085,92
Medicamentos e artigos para a saúde	1 146,89	292,00
Outros materiais	708,28	703,10
Rendas	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	1 641,30	1 894,50
Totais	1 222 144,13	1 326 134,10

DIFERIMENTOS PASSIVOS

Os diferimentos passivos no decorrer do exercício foram os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos a reconhecer		
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	527 553,70	1 999 072,15
- Administrações públicas	0,00	1 669 491,81
- FEDER	527 553,70	328 873,35
- Outros	0,00	706,99
Totais	527 553,70	1 999 072,15

Nota 25 - Rendimentos e ganhos

Q 21 Rendimentos e Ganhos		
RENDIMENTOS E GANHOS	2023	2022
70 Impostos, contribuições e taxas	4 494 042,39	3 680 340,13
71 Vendas	1 083 612,37	969 423,31
72 Prestações de serviços e concessões	3 243 147,03	2 706 985,51
73 Variações nos inventários da produção	-	-
74 Trabalhos para a própria entidade	-	-
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	13 464 359,52	12 664 482,79
76 Reversões	79 741,44	209 337,37
77 Ganhos por aumentos de justo valor		
78 Outros rendimentos	1 264 909,03	2 234 423,51
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	16 092,05	13 719,97
Totais	23 645 903,83	22 478 712,59

Durante o ano de 2023 a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascendeu a 23.645.903,83 euros, o que representa um acréscimo de apenas 4,94% face a 2022.

Nota 26 - Gastos e perdas

Os gastos e perdas ocorridos durante o ano de 2023, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2023	2022
60 Transferências e subsídios concedidos	3 181 469,85	3 404 667,08
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	51 575,87	8 000,00
62 Fornecimentos e serviços externos	8 270 618,94	7 426 908,47
63 Gastos com o pessoal	10 732 004,75	9 297 966,17
64 Gastos de depreciação e de amortização	3 052 803,57	2 376 529,15
65 Perdas por imparidade	493 919,37	73 248,51
67 Provisões	0,00	0,00
68 Outros gastos	1 051 575,06	528 874,95
69 Gastos por juros e outros encargos	24 304,28	10 426,01
Totais	26 858 271,69	23 126 620,34

Comparativamente com 2022, os gastos registaram um crescimento de 13,89%.

Nota 27 - Transferências e Subsídios concedidos

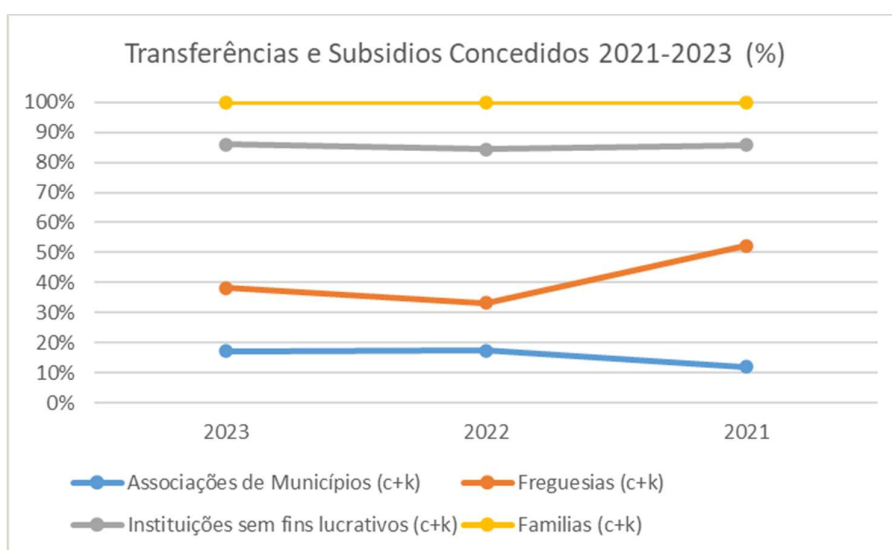
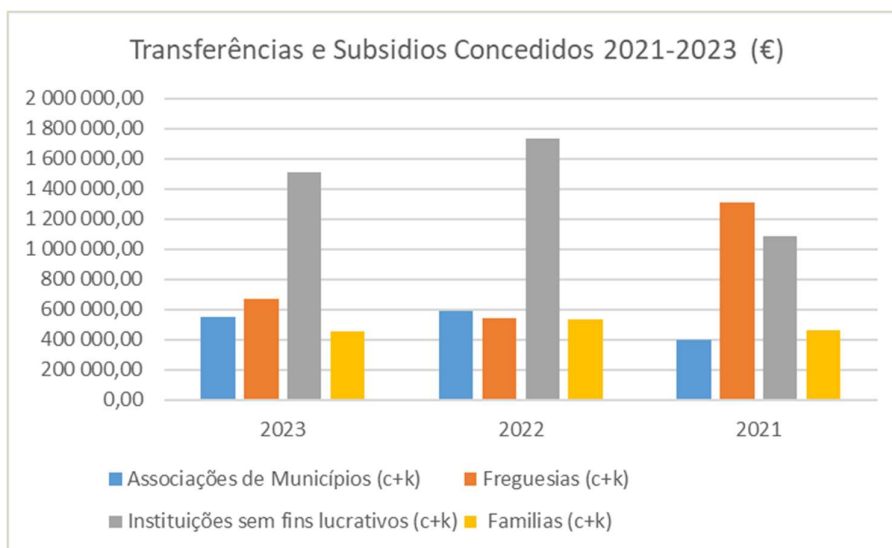
A conta de transferências e subsídios concedidos está resumida no quadro seguinte:

Q 24 Transferências e subsídios concedidos				
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS		2023	2022	2021
60.1	Transferências correntes concedidas			
	- Estado	0,00	0,00	0,00
	- Serviços e Fundos Autónomos	0,00	0,00	0,00
	- Associações de Municípios	435 311,12	460 504,61	315 763,59
	- Freguesias	410 962,53	179 589,14	171 554,10
	- Assembleias distritais	0,00	0,00	0,00
	- Outros	0,00	0,00	0,00
	- Instituições sem fins lucrativos	1 285 091,14	1 366 771,11	915 311,77
	- Municípios	0,00	0,00	0,00
	- Estado	0,00	0,00	0,00
	- Famílias	205 946,95	282 591,47	318 325,12
	- Privadas	0,00	0,00	0,00
	- Outras	173 575,69	81 576,34	136 336,16
	- Prestações sociais	70 821,61	151 848,01	6 960,19
	Subtotal	2 581 709,04	2 522 880,68	1 864 250,93
60.4	Transferências capital concedidas			
	- Municípios	0,00	0,00	0,00
	- Freguesias	0,00	0,00	0,00
	- Associações de Municípios	111 358,12	132 476,08	80 329,65
	- Freguesias	259 644,84	362 185,87	1 135 668,76
	- Instituições sem fins lucrativos	228 757,85	370 431,95	174 157,47
	- Famílias	0,00	16 692,50	3 500,00
	Subtotal	599 760,81	881 786,40	1 393 655,88
	Totais	3 181 469,85	3 404 667,08	3 257 906,81

Os montantes das transferências correntes ascendem a 81,15%, e as transferências de capital a 18,85%.

Em 2023 os valores atribuídos a instituições sem fins lucrativos no total de correntes e capital foi de 47,58%, sendo o principal setor de influência nesta matéria, já para o setor local – freguesias totalizou 21,08%, e setor local -CIM foi de 17,18%. A parcela atribuída às famílias e outros setores institucionais correspondeu a 14,16%.

Nos gráficos seguintes pode-se analisar os dados relativos à evolução 2021-2023 das Transferências e Subsídios Concedidos, quer a nível de valor quer em percentagem.



Nota 28 - Fornecimentos e serviços externos

Os gastos em Fornecimentos e Serviços Externos ocorridos durante o ano de 2023 são os constantes no quadro seguinte:

Q 27 FSE

Fornecimentos e serviços externos		2023	2022
621	Subcontratos e parcerias	2 321 532,48	2 037 852,81
	- Serviços de Saneamento básico	320 536,81	309 779,26
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	501 987,84	408 473,34
	- Tecnologias de informação e comunicação	42 559,41	48 979,89
	- Água - Abastecimento Público	534 706,97	509 333,20
	- Espaços de desporto cultura e lazer	0,00	0,00
	- Limpeza Urbana	0,00	0,00
	- Iluminação Pública	217 127,06	253 119,31
	- Transportes Escolares	306 742,13	255 762,33
	- Transportes outros	0,00	0,00
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	163 822,36	116 708,41
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	220 021,12	125 143,78
	- Outros	14 028,78	10 553,29
622	Serviços especializados	2 516 010,06	2 393 552,64
	- Trabalhos especializados	376 618,72	467 196,12
	- Publicidade comunicação e imagem	95 102,54	113 161,86
	- Vigilância e segurança	366 767,56	243 928,95
	- Honorários	559 867,45	509 988,20
	- Comissões	95 228,23	85 148,56
	- Conservação e reparação	274 979,34	352 512,12
	- Outros serviços especializados	747 446,22	621 616,83
623	Materiais de consumo	495 709,04	441 891,88
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	101 334,91	95 286,23
	- Livros e documentação técnica	10 679,95	7 804,32
	- Material de escritório	42 997,43	31 336,12
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	42 843,21	50 713,72
	- Material de educação cultura e recreio	18 522,86	11 472,60
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	42 411,50	22 831,26
	- Medicamentos e artigos para a saúde	27 300,33	35 212,07
	- Produtos químicos e de laboratórios	0,00	0,00
	- Outros fornecimentos e serviços	209 618,85	187 235,56
624	Energia e fluidos	1 514 182,23	1 344 612,41
	- Electricidade	915 634,31	797 703,91
	- Combustíveis e lubrificantes	416 694,77	413 152,12
	- Água	181 853,15	133 756,38
	- Outros	0,00	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	38 471,03	43 528,57
	- Deslocações e estadas	22 909,06	17 801,33
	- Transportes de pessoal	10 805,00	12 344,49
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	4 756,97	13 382,75
	- Outros	0,00	0,00
626	Serviços diversos	1 384 714,10	1 165 470,16
	- Rendas e alugueres	566 045,41	600 665,65
	- Comunicação	161 273,25	123 124,63
	- Seguros	109 068,98	104 594,16
	- Contencioso e notariado	954,75	3 775,63
	- Despesas de representação dos serviços	0,00	0,00
	- Limpeza, higiene e conforto	148 515,10	69 297,06
	- Outros serviços	398 856,61	264 013,03
Totais		8 270 618,94	7 426 908,47

Em análise aos custos inscritos em FSE principalmente na componente “Outros”, como fundamentação desses valores podem-se identificar despesas principais realizadas como: serviços para arborização/adensamento, a produção da agenda, o desenvolvimento de atividades pedagógicas nas escolas, ou honorários de ações de formação variadas, acompanhamento/análises alimentares na escolas, processo de escola virtual para as escolas, e ainda exames psicológicos de seleção, limpeza de linha de água, pareceres da GNR pelo acompanhamento do desenvolvimento de atividades lúdicas, aquisição de diversos serviços como execução cartografia, nas faixas de combustível, inspeções em elevadores, certificações de organização de provas desportivas, e assessoria financeira e administrativa, aquisição de serviços de nadadores-salvadores para as piscinas recreativas, e de arquitetura paisagista em serviços urbanos, ainda pelas análises à qualidade da água, a instalação de fibra ótica, na implementação da estratégia ambiental, ainda a assessoria de engenharia eletrotécnica, o apoio no quadro regulamentar municipal, o estudo do trânsito/tráfego na avenida, entre outros como exposição para a feira da luz, projetos de arte urbana, imagem e produção gráfica para as redes sociais e conceção/design gráfico de site.

Foram também registadas aquisições de bens, que pelos seus valores reduzidos não são inventariáveis, tais como: baterias e peças para viaturas e maquinaria diversa, pregos e porcas e casquilhos, luminárias, routers e adaptadores, ou para conforto como aquecedores e ventoinhas, aparelhos de cozinha, extintores, quadros elétricos, estores, e ainda bandeiras e decoração de natal ou flores, ainda kits de 1º socorros, urnas para ossadas. Também em aquisições dos serviços de direitos de autor, serviços bancários pela aplicação do sistema de referências multibanco, ou dos serviços postais-CTT, com utilização de plataformas de faturação eletrónica, diversos serviços de notariado e de transporte de valores arrecadados pela tesouraria, ainda os custos com portagens e alojamentos, ligações eventuais eletricidade, prestações de serviços na área de produção e projeção de cinema/vídeo e design gráfico de projetos, incluir serviços na área da proteção civil, a que acrescem as ações de dinamização AEC's e vários eventos promovidos pelo município, protocolos de apoio a transportes e refeições escolares.

Nota 29 - GASTOS COM PESSOAL

Gastos com o pessoal	2023	2022	2021
Remunerações Órgãos Autárquicos	222 602,42	212 294,13	213 747,28
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	0,00	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	8 161 651,50	6 867 152,81	4 117 191,48
<i>Remuneração Base</i>	5 919 186,95	5 007 678,01	4 064 150,93
- <i>Subsídios de férias</i>	551 326,18	454 005,56	0,00
- <i>Subsídios de Natal</i>	499 012,06	432 476,28	0,00
- <i>Despesas de representação</i>	24 128,40	19 161,02	0,00
- <i>Subsídio de refeição</i>	608 141,60	447 490,91	0,00
- <i>Gratificações</i>	0,00	0,00	0,00
- <i>Suplementos e prémios</i>	60 810,66	65 516,19	53 040,55
- <i>Outros suplementos</i>	0,00	0,00	0,00
- <i>Abonos variáveis ou eventuais</i>	499 045,65	440 824,84	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00	0,00
Encargos s/ Remunerações	1 980 071,91	1 821 321,06	1 155 103,69
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	73 996,56	74 115,84	79 221,12
Gastos de ação social	0,00	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	272 948,93	292 615,28	223 839,55
Outros encargos sociais	20 733,43	30 467,25	59 618,36
Totais	10 732 004,75	9 297 966,37	5 848 721,48

Os valores registados na classe 6 relativamente aos custos com o pessoal de 2023 totalizam 10.732.004,75 euros, onde estão incluídos os encargos sociais, custos de formação, seguros e vestuário, pensões de acidentes e os custos relativos a entidade contraente de 2022 (prestadores de serviços), bem como o regime de capitação retido no duodécimo. Tem-se verificado o crescente aumento nos gastos com o pessoal desde 2021. Foi devidamente inscrita a especialização das férias, subsídios de férias e encargos sobre as remunerações por forma a demonstrar a realidade apropriada.

Nota 30 – DEPRECIAÇÕES

Depreciações e Amortizações	2023	2022
Bens do domínio público	1 460 174,24	910 304,65
Edifícios e outras construções	877 786,52	864 418,04
Equipamento básico	229 978,84	176 197,04
Equipamento de transporte	298 687,88	247 735,72
Equipamento administrativo	96 934,31	93 967,10
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	72 600,41	64 311,02
Ativos intangíveis	16 641,37	19 595,58
Totais	3 052 803,57	2 376 529,15

VI - Contabilidade de Gestão

Em 2023 reuniram-se as condições para o arranque efetivo da contabilidade de gestão, com inserção de dados primários na aplicação informática OBM da *software house* Medidata, embora ainda com muitas limitações e numa configuração muito residual, no entanto conseguimos fazer uma leitura ínfima do balancete analítico do plano analítico, e deste modo cumprimos parcialmente os requisitos da NCP 27 – Contabilidade de Gestão embora sem dados muito sólidos do ano 2023.

De referir que os gastos por funções permitem relacionar os gastos diretos e os indiretos com a atividade da autarquia, e ainda que a função de administração geral inclui grande parte das despesas relacionadas e complementares às restantes funções, nomeadamente a todas as unidades.

BALANCETE ANALÍTICO DO PLANO ANALÍTICO				
IDENTIFICAÇÃO DA CONTA		SALDO		
Código	Designação	DÉBITO	CRÉDITO	
91	Gastos e rendimentos refletidos	- €	4 176 581,90 €	
92	Reclassificação dos gastos e rendimentos	- €	21 201 017,65 €	
93	Classificação Orgânica	16 758 103,56 €	- €	
93.1.01	Assembleia Municipal	12 244,09 €	- €	
93.1.02	Câmara Municipal	2 128 591,14 €	- €	
93.1.03	Divisão Administração Geral e Financeira	2 562 427,70 €	- €	
93.1.04	Divisão Planeamento e Apoio ao Desenvolvimento Económico	797 147,41 €	- €	
93.1.05	Divisão de Planeamento e Desenvolvimento e Projetos Municipais	184 570,72 €	- €	
93.1.06	Divisão de Planeamento Urbano e Ambiental	516 019,47 €	- €	
93.1.07	Divisão de Gestão Urbanística	228 031,99 €	- €	
93.1.08	Divisão Apoio Operacional, Obras, Águas e Saneamento	2 227 977,06 €	- €	
93.1.09	Divisão de Serviços Urbanos	1 918 151,49 €	- €	
93.1.10	Divisão Sócio Cultural	2 264 410,67 €	- €	
93.1.11	Divisão Educação Saúde e Ação Social	2 852 731,20 €	- €	
93.1.99	Outros Custos de Estrutura	1 065 800,62 €	- €	
94	Custo por atividade/função	8 456 671,95 €	- €	
94.1	Funções Gerais	543 056,50 €	- €	
94.2	Funções Sociais	4 714 332,92 €	- €	
94.3	Funções Económicas	1 909 615,40 €	- €	
94.4	Outras funções	1 289 667,13 €	- €	
98	Resultados	162 824,04 €	- €	
TOTAL		25 377 599,55 €	25 377 599,55 €	

VII - Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

VIII - Anexo às Demonstrações Orçamentais

VIII.1 – DDORC

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL									
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						TOTAL	2022
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS			
RA01	Saldo de gerência anterior	3 644 585,25 €		199 118,70 €		227 052,21 €	4 070 756,16 €	5 260 335,70 €	
RI01	Operações orçamentais [1]	3 644 585,25 €		199 118,70 €			3 843 703,95 €	5 022 829,10 €	
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais								
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades								
RI03	Operações de tesouraria [A]					227 052,21 €	227 052,21 €	237 506,60 €	
RA02	Receita corrente	21 433 394,44 €		84 062,68 €			21 517 457,12 €	20 419 696,91 €	
R1	Receita fiscal	3 580 408,81 €					3 580 408,81 €	3 516 451,56 €	
R1.1	Impostos diretos	3 580 408,81 €					3 580 408,81 €	3 516 451,56 €	
R1.2	Impostos indiretos								
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde								
R3	Taxas, multas e outras penalidades	319 694,04 €					319 694,04 €	224 218,11 €	
R4	Rendimentos de propriedade	1 533 256,56 €					1 533 256,56 €	1 115 675,18 €	
R5	Transferências e subsídios correntes	13 451 113,21 €		84 062,68 €			13 535 175,89 €	13 203 865,23 €	
R5.1	Transferências correntes	13 451 113,21 €		84 062,68 €			13 535 175,89 €	13 203 865,23 €	
R5.1.1	Administrações Públicas	13 451 113,21 €		84 062,68 €			13 535 175,89 €	13 203 865,23 €	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	13 424 268,38 €		82 471,55 €			13 506 739,93 €	13 162 097,31 €	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	26 844,83 €		1 591,13 €			28 435,96 €	41 767,92 €	
R5.1.1.3	Segurança Social								
R5.1.1.4	Administração Regional								
R5.1.1.5	Administração Local								
R5.1.2	Exterior - U E								
R5.1.3	Outras								
R5.2	Subsídios correntes								
R6	Venda de bens e serviços	2 516 478,34 €					2 516 478,34 €	2 310 884,43 €	
R7	Outras receitas correntes	32 443,48 €					32 443,48 €	48 602,40 €	
RA03	Receita de capital	1 722 446,62 €		315 825,26 €			2 038 271,88 €	2 857 779,68 €	
R8	Venda de bens de investimento	98 026,00 €					98 026,00 €	11 358,75 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	1 615 046,54 €		315 825,26 €			1 930 871,80 €	2 869 138,43 €	
R9.1	Transferências de capital	1 615 046,54 €		315 825,26 €			1 930 871,80 €	2 869 138,43 €	
R9.1.1	Administrações Públicas	1 615 046,54 €		315 825,26 €			1 930 871,80 €	2 869 138,43 €	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 615 046,54 €		315 825,26 €			1 930 871,80 €	2 860 058,33 €	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							9 080,10 €	
R9.1.1.3	Segurança Social								
R9.1.1.4	Administração Regional								
R9.1.1.5	Administração Local								
R9.1.2	Exterior - U E								
R9.1.3	Outras								
R9.2	Subsídios de capital								
R10	Outras receitas de capital	9 374,08 €					9 374,08 €		
RA04	Receita efetiva [2]	23 159 846,20 €		399 887,94 €			23 559 734,14 €	23 282 306,60 €	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	4 005,14 €					4 005,14 €	4 830,01 €	
RA05	Receita não efetiva [3]								
R12	Receita com ativos financeiros								
R13	Receita com passivos financeiros								
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	26 804 431,45 €		599 006,64 €			27 403 438,09 €	28 305 135,70 €	
ROT1	Operações de tesouraria [B]					106 426,60 €	106 426,60 €	140 988,27 €	
DA01	Despesa corrente	21 080 087,12 €		12 253,70 €			21 092 340,82 €	18 868 253,58 €	
D1	Despesas com o pessoal	10 389 302,19 €					10 389 302,19 €	8 779 329,48 €	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	7 633 424,56 €					7 633 424,56 €	6 451 263,91 €	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	560 412,06 €					560 412,06 €	457 155,35 €	
D1.3	Segurança social	2 195 465,57 €					2 195 465,57 €	1 870 910,22 €	
D2	Aquisição de bens e serviços	7 694 729,68 €		12 253,70 €			7 706 983,38 €	7 227 496,45 €	
D3	Juros e outros encargos	24 259,97 €					24 259,97 €	13 847,92 €	
D4	Transferências e subsídios correntes	2 689 941,86 €					2 689 941,86 €	2 574 214,02 €	
D4.1	Transferências correntes	2 689 941,86 €					2 689 941,86 €	2 574 214,02 €	
D4.1.1	Administrações Públicas	1 187 354,74 €					1 187 354,74 €	1 056 692,76 €	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D4.1.1.3	Segurança Social								
D4.1.1.4	Administração Regional								
D4.1.1.5	Administração Local	1 187 354,74 €					1 187 354,74 €	1 056 692,76 €	
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 359 225,93 €					1 359 225,93 €	1 385 909,43 €	
D4.1.3	Famílias	143 361,19 €					143 361,19 €	131 611,83 €	
D4.1.4	Outras								
D4.2	Subsídios Correntes								
D5	Outras despesas correntes	281 853,42 €					281 853,42 €	273 365,71 €	
DA02	Despesa de capital	2 322 062,03 €		586 523,74 €			2 908 585,77 €	5 518 017,35 €	
D6	Aquisição de bens de capital	1 732 407,75 €		586 523,74 €			2 318 931,49 €	4 627 517,41 €	
D7	Transferências e subsídios de capital	589 654,28 €					589 654,28 €	890 499,94 €	
D7.1	Transferências de capital	589 654,28 €					589 654,28 €	890 499,94 €	
D7.1.1	Administrações Públicas	360 896,43 €					360 896,43 €	503 375,49 €	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D7.1.1.3	Segurança Social								
D7.1.1.4	Administração Regional								
D7.1.1.5	Administração Local	360 896,43 €					360 896,43 €	503 375,49 €	
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	228 757,85 €					228 757,85 €	387 124,45 €	
D7.1.3	Famílias								
D7.1.4	Outras								
D7.2	Subsídios de capital								
D8	Outras despesas de capital								
DA03	Despesa efetiva [5]	23 402 149,15 €		598 777,44 €			24 000 926,59 €	24 386 270,93 €	
DA04	Despesa não efetiva [6]	88 822,33 €					88 822,33 €	75 160,82 €	
D9	Despesa com ativos financeiros								
D10	Despesa com passivos financeiros	88 822,33 €					88 822,33 €	75 160,82 €	
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	23 490 971,48 €		598 777,44 €			24 089 748,92 €	24 461 431,75 €	
DOT1	Operações de tesouraria [C]					102 110,89 €	102 110,89 €	151 442,66 €	
DA06	Saldo para a gerência seguinte	3 313 459,97 €		229,20 €		231 367,92 €	3 545 057,09 €	4 070 756,16 €	
DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	3 313 459,97 €		229,20 €			3 313 689,17 €	3 843 703,95 €	
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]					231 367,92 €	231 367,92 €	227 052,21 €	
DA09	Saldo global [2] - [5]	-242 302,95 €		-198 889,50 €			-441 192,45 €	-1 103 964,33 €	
DA10	Despesa primária	23 377 889,18 €		598 777,44 €			23 976 666,62 €	24 372 423,01 €	
DA11	Saldo corrente	353 307,32 €		71 808,98 €			425 116,30 €	1 551 443,33 €	
DA12	Saldo de capital	-599 615,41 €		-270 698,48 €			-870 313,89 €	-2 660 237,67 €	
DA13	Saldo primário	-218 042,08 €		-198 889,50 €			-416 932,48 €	-1 090 116,41 €	
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	26 804 431,45 €		599 006,64 €			27 403 438,09 €	28 305 135,70 €	
DA15	Despesa total [5] + [6]	23 490 971,48 €		598 777,44 €			24 089 748,92 €	24 461 431,75 €	

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

O município de Montemor-o-Novo iniciou o exercício com um saldo orçamental proveniente da gerência anterior de 3.843.703,95 euros e concluiu o exercício com um saldo orçamental para a gerência seguinte de 3.313.689,17 euros. Durante o mesmo período o saldo de operações de tesouraria passou de 227.052,21 euros no início do período para 231.367,92 euros.

O total da receita efetiva arrecadada durante o exercício foi de 23.559.734,14 euros, sem ter ocorrido registo de valores de receita não efetiva.

A despesa ascendeu a 24.089.748,92 euros, com 88.822,33 euros classificada como despesa não efetiva.

Os saldos: global, corrente, de capital e primário foram respetivamente de 441.192,45 euros; 425.116,30 euros; 870.313,89 euros e 416.932,48 euros.

Modificações Orçamentais

Embora a entrada em vigor do SNC-AP tenha alterado o sistema contabilístico das autarquias locais, o ponto 8.3.1 – Modificações do orçamento foi um dos pontos do POCAL que não foi alterado pelo mesmo.

Apesar de na elaboração dos documentos previsionais ter existido rigor na sua elaboração, ao longo do ano foi necessário efetuar alguns ajustamentos/correções tanto na previsão das receitas como nas despesas a fim de corrigir algumas previsões em rubricas não previstas ou insuficientemente dotadas.

VIII.2 - Operações de Tesouraria

As contas de operações de tesouraria, de acordo com a movimentação durante o ano 2023, apresentam o seguinte saldo:

CÓDIGO DAS CONTAS		DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07	Operações de tesouraria	227 052,21 €	106 426,60 €	102 110,89 €	231 367,92 €
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	227 052,21 €	106 426,60 €	102 110,89 €	231 367,92 €
07.1.3	07.2.3	Constituição e reforço de cauções e garantias / Devolução de cauções e garantias	226 750,74 €	79 704,42 €	75 247,30 €	231 207,86 €
07.1.9	07.2.9	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	301,47 €	26 722,18 €	26 863,59 €	160,06 €
TOTAL			227 052,21 €	106 426,60 €	102 110,89 €	231 367,92 €

Montemor-o-Novo 12 de abril de 2024.